PLANO ESTRATÉGICO 2021/2026

RELATÓRIO DE SITUAÇÃO

PLANO ESTRATÉGICO TJMG 2021/2026

Iniciativas Estratégicas



Atualizado em fevereiro/2022





NDICE	•	Pág.
IE 11	Aprimorar a Justiça	4
IE 14	Plano Educacional da EJEF – PED 2021-2026.	8
IE 19	Gestão de Documentos Eletrônicos.	17
IE 20	Plano de Aceleração de Obras.	21
IE 28	Promoção de saúde e qualidade de vida no trabalho	25
IE 06	Programa Pontualidade	27
IE 10	Mutirões de Cooperação	37
IE 18	Plano de Eliminação Documental.	38
IE 27	Adequação do TJMG à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais	40
IE 29	Fortalecimento das políticas judiciárias de melhoria do sistema prisional e do sistema socioeducativo	42
IE 38	Implantação do e-social no TJMG	46
IE 01	Projetos Sociais do TJMG	49
IE 02	Plano de Logística Sustentável – PLS	50
IE 03	Programa Virtualiza - Jus	52
IE 04	Programa Agiliza – Jus	53
IE 05	Esforço concentrado par elevar o IPC-Jus do TJMG	55
IE 07	Programa de Fortalecimento e Ampliação da Conciliação e da Mediação no Estado de Minas Gerais	57
IE 08	Projeto REURB – Regularização Fundiária Urbana	65
IE 09	Projeto Execução Fiscal Eficiente	66
IE 12	Portfólio de Projetos e Ações da Justiça Especial.	67
IE 13	Fortalecimento e implementação de políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica e familiar.	69
IE 15	Programa de Gestão de Pessoas por Competências	71
IE 16	Programa de aprimoramento da arrecadação das receitas e da gestão dos depósitos judiciais.	73
IE 17	Aprimoramento da Atividade Disciplinar.	76



NDICE: Pá		
IE 21	Plano de estruturação organizacional para a produtividade na prestação jurisdicional.	77
IE 22	Programa de Evolução de Demandas do SEI – PED.	82
IE 23	Implantação do Processo Judicial Eletrônico nas unidades jurisdicionais de 1ª Instância com competência Criminal – PJE – Criminal	84
IE 24	Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação.	85
IE 25	Projeto Virtualizar no Âmbito da justiça de Primeira Instância do Estado de Minas Gerais.	87
IE 26	Plano de reestruturação dos setores administrativos da Secretaria do Tribunal de Justiça.	89
IE 30	Aperfeiçoamento da Justiça no Sistema Socioeducativo	91
IE 31	Modernização dos Sistemas Administrativos de Recursos Humanos	93
IE 32	Programa de Ampliação da Justiça Restaurativa no Estado de Minas Gerais	96
IE 33	Projeto Paternidade par Todos – Expansão do Serviço de Reconhecimento de Paternidade.	97
IE 34	Inauguração de Novos Centros de Reintegração Social (CRS) das APACs	98
IE 35	Ação Arbitragem Acadêmica.	100
IE 36	Monitoramento do Programa de Integridade.	101
IE 37	Projeto Sapiens.	103



IE 11 Aprimorar a Justiça



Objetivos: Promover o alinhamento estratégico das Unidades Judiciárias de Primeiro Grau para o cumprimento dos macrodesafios e metas previstos na Estratégia Nacional do Poder Judiciário, estabelecida na Resolução do CNJ nº 325, de 2020, bem como das diretrizes institucionais estabelecidas na Resolução TJMG nº 952/2020 e das metas institucionais estabelecidas no Planejamento Estratégico do TJMG por meio de Portaria.

Por meio do Programa Gestão de Primeira, registrar e padronizar as rotinas de trabalho executadas pelas secretarias, incluindo os Juizados Especiais.



Vinculação Estratégica: Macrodesafio 03 — Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional; Macrodesafio 4 - Enfrentamento à Corrupção e à Improbidade Administrativa; Macrodesafio 9 - Aprimoramento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.





Custo previsto: R\$ 72.500,00.

ESCOPO / ENTREGAS / ATIVIDADES	STATUS		
Desdobramento do Planejamento Estratégico Nacional na:			
Vara Única da Comarca de Morada Nova de Minas.	Concluído em 2021.		
2ª Vara Cível da Comarca de Formiga .	Concluído em 2021.		
Comarca de Conselheiro Pena .	Concluído em 2021.		
2ª Vara de Família da Comarca de Divinópolis .	Concluído em 2021.		
3ª Vara Criminal da Comarca de Divinópolis .	Concluído em 2021.		
Vara Única da Comarca de Passa Tempo .	Concluído em 2021.		
Vara Criminal da Comarca de Igarapé .	Concluído em 2021.		
Vara Única da Comarca de Lima Duarte .	Concluído em 2021.		
Vara Única da Comarca de Bonfim .	Concluído em 2021.		
Vara Única da Comarca de Carmópolis de Minas.	Concluído em 2021.		
Vara Única da Comarca de Jaboticatubas .	Concluído em 2021.		
1ª Vara Criminal da Comarca de Ibirité .	Concluído em 2021.		
1ª Vara Criminal da Comarca de Conselheiro Lafaiete .	Concluído em 2021.		
3ª Vara Criminal da Comarca de Conselheiro Lafaiete .	Concluído em 2021.		
1ª Vara Cível da Comarca de Viçosa .	Concluído em 2021.		



IE 11 Aprimorar a Justiça

ESCOPO / ENTREGAS / ATIVIDADES	STATUS
Desdobramento do Planejamento Estratégico Nacional na:	•
Vara Única da Comarca de Conselheiro Senador Firmino .	Concluído em 2021.
Vara Única da Comarca de Guapé .	Concluído em 2021.
Vara Única do Jesp da Comarca de Vespasiano .	Concluído em 2021.
2ª Vara Criminal da Comarca de Patos de Minas .	Concluído em 2021.
Vara Única da Comarca de Jaíba .	Concluído em 2021.
4ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte .	Concluído em 2021.
3ª Vara Criminal da Comarca de Governador Valadares .	Concluído em 2021.
Vara de Violência Domestica da Comarca de Contagem .	Concluído em 2021.
Vara de Violência Familiar da Comarca de Montes Claros .	Concluído em 2021.
10ª Vara Criminal da Comarca de Belo Horizonte .	Concluído em 2021.
Vara de Execuções Penais da Comarca de Lagoa Santa .	Concluído em 2021.
Vara da Fazenda Pública da Comarca de Ribeirão das Neves.	Concluído em 2021.
3ª Vara Criminal da Comarca de Ribeirão das Neves .	Concluído em 2021.
5ª Vara Criminal da Comarca de Uberlândia .	Concluído em 2021.
Vara Especializada em Crimes contra Criança da Comarca de Belo Horizonte .	Concluído em 2021.
2ª Vara Criminal e da Infância da Comarca de Ouro Preto.	Concluído em 2021.
Vara Única da Comarca de Jequeri.	Concluído em 2021.
3ª Vara Criminal da Comarca de Belo Horizonte.	Concluído em 2021.
2ª Vara Criminal da Comarca de Belo Horizonte.	Concluído em 2021.
1ª Vara Criminal e da Infância da Comarca de São João Del Rei.	Concluído em 2021.
Vara Criminal da Comarca de Muriaé.	Concluído em 2021.
Vara Criminal e da Infância da Comarca de Campo Belo.	Concluído em 2021.
Vara Criminal da Comarca de Sabará.	Concluído em 2021.
2ª Vara Cível da Comarca de Coronel Fabriciano.	Concluído em 2021.
19ª Vara Cível de Belo Horizonte.	Concluído em 2021.
Vara de Família e Sucessões da Comarca de Pouso Alegre.	Concluído em 2021.
Vara Única da Comarca de Campos Altos.	Concluído em 2021.



IE 11 Aprimorar a Justiça

CRONOGRAMA DE ACOMPANHAMENTO

ESCOPO / ENTREGAS / ATIVIDADES	STATUS		
Desdobramento do Planejamento Estratégico Nacional na:			
6ª Vara Cível da Comarca de Governador Valadares .	Concluído em 2021.		
2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Matozinhos .	Concluído em 2021.		
Vara Única da Comarca de Estrela do Sul .	Concluído em 2021.		
5ª Vara Cível da Comarca de Juiz de Fora .	Concluído em 2021.		
7ª Vara Cível de Juiz de Fora .	Concluído em 2021.		
Vara Única de Lambari .	Concluído em 2021.		
6ª Vara Cível de Juiz de Fora .	Concluído em 2021.		
28ª Vara Cível de Belo Horizonte .	Concluído em 2021.		
1ª Unidade Jurisdicional Criminal do Juizado Especial de Belo Horizonte .	Concluído em 2021.		
Unidade Jurisdicional Única do JESP de Ponte Nova .	Concluído em 2021.		
Vara Única da Comarca de Montalvânia .	Concluído em 2021.		
Vara Única da Comarca de Jacinto .	Concluído em 2021.		
3ª Vara de Feitos Tributários de Belo Horizonte .	Concluído em 2021.		
1º Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte .	Concluído em 2021.		
Vara Única da Comarca de Divino .	Concluído em 2021.		
1ª Vara Cível, Criminal e Execuções Penais da Comarca de Inhapim.	Concluído em 2021.		
Vara Única da Comarca de Camanducaia .	Concluído em 2021.		
Vara Única da Comarca de Andrelândia .	Concluído em 2021.		

SITUAÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

- Em 2021, foram capacitados 61 Juízes de Direito e 52 Gerentes de Secretaria (ou servidores substitutos indicados pelos magistrados) em 2 turmas do Curso DPE Aplicado, realizado em parceria com a EJEF.
- Está prevista para 2022 a realização de mais 2 cursos DPE Aplicado e ainda a realização de curso correspondente destinado aos servidores do TJMG. Todos com a finalidade de aderir à política de governança da instituição e alinhamento dos objetivos estratégicos.



IE 11 Aprimorar a Justiça

METAS RELACIONADAS

NACIONAIS	CNJ 1	CNJ 4	CNJ 6
(<u>Clique aqui para acessar o relatório</u> <u>de Metas Nacionais - CNJ</u>)	CNJ 2	CNJ 5	CNJ 8
INSTITUCIONAIS	TJMG 40	-	-
(<u>Clique aqui para acessar o relatório</u> <u>de Metas Institucionais</u>)	-	-	-





Objetivos: O PEd, Planejamento Educacional em nível estratégico da instituição, visa garantir o desenvolvimento de competências necessárias para o enfrentamento de situações laborais e para a implantação e o desenvolvimento de projetos institucionais, através de soluções educacionais que buscam atender às necessidades de capacitação identificadas no Tribunal, com vistas à melhoria das entregas administrativas e da prestação jurisdicional. Os objetivos estratégicos do PEd 2021-2026 serão desdobrados, anualmente, em objetivos (táticos), indicadores e metas de desempenho que constam dos Planos Anuais de Desenvolvimento – PAD.



Vinculação Estratégica: Macrodesafio 10 – Otimização da Gestão de Pessoas.



\$ \$ }

Custo previsto: R\$ 5.000.000,00 – valor da ação orçamentária 2109.

ESCOPO / ENTREGAS	ATIVIDADES	STATUS	SITUAÇÃO
Meta 1 PAD 2021: Credenciar, em 2021, 14 novas ações educacionais para magistrados, conforme os procedimentos da ENFAM	Credenciar 14 novas ações educacionais para magistrados, conforme os procedimentos da ENFAM.	Concluído em 2021.	Foram realizados 16 novos credenciamentos pela ENFAN, alcançando a meta. Com os 16 novos credenciamentos a escola garantiu o cumprimento da meta 2 de alcançar 60% de ações educacionais do Programa de Desenvolvimento de Magistrados credenciadas pela ENFAM.
Meta 4 PAD 2021:	Orientação formativa e avaliação de sentenças (turma 1 do 13º CFI).	Concluído em 2021.	
Executar 100% das etapas do Programa	Acompanhamento psicossocial magistrados (turma 2 do 13º CFI).	Concluído em 2021.	Meta alcançada no programa VITALICIAR.
VITALICIAR previstas para o ano de 2021	Orientação formativa e avaliação de sentenças, modalidade a distância (turma 2 do 13º CFI).	Concluído em 2021.	



ESCOPO / ENTREGAS	ATIVIDADES	STATUS	SITUAÇÃO
	Planejamento de ação educacional com os temas: : Direito Registral e Notarial; Análise Econômica do Direito - AED; Fundamentação das decisões judiciais; Direito Tributário; Atos Infracionais; Direito à Saúde; Tutelas Provisórias de Urgência; Comunicação não Violenta; Direitos fundamentais, desde uma perspectiva de gênero.	Concluído em 2021.	A abordagem de formação continuada do PDM atingiu 83% de suas ações.
Meta 5 PAD 2021 - Abordar, em 2021, nas ações educacionais de	Planejamento de ação educacional com os temas: Execução penal e promoção das alternativas penais; Direito do mercado de valores mobiliários.	Suspenso, replanejado para 2022.	
formação continuada do PDM, 100% dos temas institucionais definidos para o ano	Oferta de ação educacional como tema: Direito Registral e Notarial; Análise Econômica do Direito – AED; Fundamentação das decisões judiciais; Direito Tributário; O Magistrado no contexto midiático e das redes sociais; Atos Infracionais; Direito à Saúde; Tutelas Provisórias de Urgência; Comunicação não Violenta; Direitos fundamentais, desde uma perspectiva de gênero.	Concluídos em 2021.	
	Oferta de ação educacional como tema : Execução penal e promoção das alternativas penais; Direito do mercado de valores mobiliários.	Não iniciado, replanejado para 2022.	
	Oferta de 03 turmas do Encontro da Corregedoria-Geral de Justiça – ENCOR.	Concluído em 2021.	
Meta 6 PAD 2021 - Garantir a realização de 100% das demandas de ações recorrentes do PDM para o ano	Oferta de 02 turmas do s cursos : Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher - Reflexões e perspectivas de atuação no âmbito do Poder Judiciário ; e do curso Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes (curso ENFAM).	Concluídos em 2021.	Meta alcançada referente as demandas decorrentes do PDM.
	Oferta de 01 turma do curso Encontro dos CEJUSC.	Paralisado.	



ESCOPO / ENTREGAS	ATIVIDADES	STATUS	SITUAÇÃO
Meta 7 PAD 2021 - Garantir, em 2021,	Oferta de 2 turmas do SERIN - Módulo Institucional.	Concluído em 2021.	Meta alcançada
vagas no SERIN para 100% dos servidores nomeados até 30/09/2021	Oferta de 3 turmas do SERIN – Módulo Humano social.	Concluído em 2021.	para as vagas no SERIN.
	Planejamento curso Práticas de Secretaria: Secretaria Cível - Servidores 1ª Instância - Varas Cíveis; e Secretaria de Infância e Juventude - Servidores 1ª Instância - Varas Cíveis Varas da Infância e Juventude.	Concluídos em 2021.	
Meta 8 PAD 2021 - Desenvolver e oferecer, em 2021, 100% dos módulos dos itinerários	Planejamento curso s : Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento - SNA - Servidores 1ª Instância - Varas Cíveis Varas da Infância e Juventude ; Expedição de ofício precatório via SEI: novas regras -Servidores 1ª Instância - Varas da Fazenda Pública; Elaboração de Ementas Jurisprudenciais- Assessores da 2ª Instância; Eficiência dos Precedentes Judiciais no STJ - Assessores da 2ª Instância.	Concluídos em 2021.	Módulos dos itinerários de Servidores concluídos,
de Servidores definidos para o ano	Oferta curso Práticas de Secretaria: Cível - Servidores 1ª Instância - Varas Cíveis; Secretaria de Infância e Juventude - Servidores 1ª Instância - Varas Cíveis Varas da Infância e Juventude.	Concluídos em 2021.	alcançando a meta pretendida.
	Oferta curso Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento - SNA - Servidores 1ª Instância - Varas Cíveis Varas da Infância e Juventude; Expedição de Ofício precatório via SEI: novas regras - Servidores 1ª Instância - Varas da Fazenda Pública; Elaboração de Ementas Jurisprudenciais- Assessores da 2ª Instância; Eficiência dos Precedentes Judiciais no STJ - Assessores da 2ª Instância.	Concluídos em 2021.	



ESCOPO / ENTREGAS	ATIVIDADES	STATUS	SITUAÇÃO
	Planejamento de ação educacional como tema Execução penal e promoção das alternativas penais.	Suspenso, replanejado para 2022.	
	Planejamento de ação educacional como tema: Integridade, em especial prevenção da corrupção, transparência pública e responsabilidade social; Pje Criminal; Sistemas informatizados de execução penal (SEEU, ASE, BEMP, BNMP2); Registros públicos, serviço notarial e sua fiscalização; Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD aplicada a contratos.	Concluídos em 2021.	
Meta 9 PAD 2021 - Abordar, em 2021, nas	Planejamento de ação educacional como tema Pressupostos de admissibilidade de recursos.	Suspenso, replanejado para 2022.	A abordagem de formação continuada do PDS para ano, atingiu 71% de
ações educacionais de formação continuada do PDS, 100% dos temas institucionais definidos	Oferta de ação educacional como tema Execução penal e promoção das alternativas penais.	Não iniciado, replanejado para 2022.	
para o ano	Oferta de ação educacional como tema Integridade, em especial prevenção da corrupção, transparência pública e responsabilidade social; Oferta de ação educacional como tema Pje Criminal; Oferta de ação educacional como tema Sistemas informatizados de execução penal (SEEU, ASE, BEMP, BNMP2).	Concluído em 2021.	suas ações.
	Oferta de ação educacional como tema Pressupostos de admissibilidade de recursos.	Não iniciado, replanejado para 2022.	
	Oferta de ação educacional como tema : Registros públicos, serviço notarial e sua fiscalização; Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD aplicada a contratos.	Concluídos em 2021.	



ESCOPO / ENTREGAS	ATIVIDADES	STATUS	SITUAÇÃO
	Oferta de turma cursos: Preparatório para a participação no Projeto Experimental do Teletrabalho - EaD (permanente); Capacitação para Atermadores dos Juizados Especiais (permanente - 2 ações).	Concluídos em 2021.	
Meta 10 PAD 2021 - Garantir a realização de	Obtenção de 14 licenças de Cursos in company Allura (licenças).	Concluído em 2021.	As demandas de ações recorrentes do
100% das demandas de ações recorrentes do PDS para o ano.	Oferta de 02 turmas do curso Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes (ENFAM).	Concluído em 2021.	PDS atingiu 88% no ano de
para o ano	Oferta de 01 turma do curso Redação de Relatórios.	Não iniciado, replanejado para 2022.	2021
	Oferta de 01 turma do curso Atos de Constrição conforme CPC/2015.	Concluído em 2021.	
	Planejamento de ação educacional com o tema : Planejamento e Gestão Estratégica; Gestão de e/ou por processos; Gestão de riscos; Gestão da Integridade; Proteção de dados pessoais; Planejamento e Gestão Estratégica.	Concluídos em 2021.	PDG teve abordagem de 71% de suas ações estratégicos de
Meta 11 PAD 2021 - Abordar, em 2021, nas ações educacionais do PDG, 100% dos temas	Planejamento de ação educacional com o tema: Gerenciamento de Projetos; Planejamento e Gestão Orçamentária.	Suspendo, replanejado para 2022.	
estratégicos de gestão definidos para o ano.	Oferta de ação educacional com o tema: Gerenciamento de Projetos; Planejamento e Gestão Orçamentária.	Não iniciado, replanejado para 2022.	gestão no ano de 2021
	Oferta de ação educacional com o tema: Gestão de e/ ou por processos; Gestão de riscos; Gestão da Integridade; Proteção de dados pessoais.	Concluídos em 2021.	
Meta 12 PAD 2021 - Oferecer, em 2021, 100%	Planejamento da ação educacional Formação de Formadores - Fofo/Ejef - Nível 1 - Módulo 1.	Concluído em 2021.	50% do módulo
dos módulos do FOFO/EJEF definidos para o ano.	Oferta da ação educacional Formação de Formadores - Fofo/Ejef - Nível 1 - Módulo 1.	Concluído em 2021.	FOFO/EJEF foi realizado em 2021.



ESCOPO / ENTREGAS	ATIVIDADES	STATUS	SITUAÇÃO
	Oferta da ação educacional Formação de Formadores - Fofo/Ejef - Nível 1 - Módulo 2.	Não iniciado.	50% do módulo FOFO/EJEF foi realizado em
Meta 12 PAD 2021 - Oferecer, em 2021, 100% dos módulos do FOFO/EJEF definidos para o ano.	Oferta da ação educacional Formação de Formadores - Fofo/Ejef - Nível 1 - Módulo 3.	Não iniciado, replanejado para 2022.	
	Oferta da ação educacional Formação de Formadores - FOFO / EJEF - Nível 2 - Formação de Tutores para a educação on-line.	Concluído em 2021.	2021.
	Planejamento de ação educacional com o tema: Integração, acessibilidade e direitos das pessoas com deficiência; LIBRAS; Equilíbrio emocional; Processo de adoção.	Concluídos em 2021.	
Meta 14 PAD 2021 - Abordar, em 2021, nas ações educacionais oferecidas em sede de	Planejamento de ação educacional com o tema Sustentabilidade socioambiental; Educação financeira.	Suspenso, replanejado para 2022.	Realizado 50% dos temas de formação humanística definidos para 2021
extensão, 100% dos temas de formação humanística definidos para o ano.	Oferta de ação educacional com o tema: Integração, acessibilidade e direitos das pessoas com deficiência; Equilíbrio emocional; Processo de adoção.	Concluídos em 2021.	
	Oferta de ação educacional com o tema: LIBRAS; Sustentabilidade socioambiental; Educação financeira.	Não iniciado, replanejado para 2022.	
Marks 45 DAD 2024	Planejamento de ação educacional com o tema Redação oficial. Planejamento de ação educacional com o tema Utilização do MS Excel.	Suspenso, replanejado para 2022.	
Meta 15 PAD 2021 - Abordar, em 2021, nas ações educacionais para o desenvolvimento de	Planejamento de ação educacional com o tema : Poder Judiciário e CNJ; Proteção de dados pessoais no TJMG; Justiça restaurativa; Direito sistêmico.	Concluídos em 2021.	A abordagem se deu em 67%
competências transversais, 100% dos temas institucionais definidos para o ano.	Oferta de ação educacional com o tema Utilização do MS Excel e Redação oficial.	Não iniciado, replanejado para 2022.	das ações de competências transversais
	Oferta de ação educacional com o tema: Poder Judiciário e CNJ; Proteção de dados pessoais no TJMG; Justiça restaurativa; Direito sistêmico.	Concluídos em 2021.	



ESCOPO / ENTREGAS	ATIVIDADES	STATUS	SITUAÇÃO
Meta 16 PAD 2021 - Garantir a realização de 100% das demandas de ações recorrentes ou permanentes para o desenvolvimento de competências transversais, na modalidade a distância, para o ano de 2021	Oferta de turma da ação educacional: Unindo esforços contra a violência doméstica e familiar (permanente - 2 ações); Introdução à Gestão Socioambiental (oferta permanente); ação educacional Política de Autocomposição no TJMG - Identificação de casos de mediação, conciliação e justiça restaurativa (oferta permanente); ação educacional Ergonomia: Um olhar para a saúde no trabalho (oferta permanente) ; ação educacional Saúde em Cena (oferta permanente); Administração do tempo (oferta permanente); Administração financeira pessoal (oferta permanente); Atualização gramatical (oferta permanente) ; Avaliação de desempenho por competências - servidor (oferta permanente); Empreendedorismo (oferta permanente); Excelência no atendimento (oferta permanente); Excelência no atendimento (oferta permanente); Gestão de documentos pessoais (oferta permanente); Libre Office Calc (oferta permanente); O emprego da vírgula em 4 lições (oferta permanente); Palestra "Caminhos na adoção" (oferta permanente); Quando nasce um pai - Paternidade Responsável (oferta permanente).	Concluído em 2021.	Realizado as de demandas recorrentes ou permanentes de competências transversais.
Meta 17 PAD 2021 - Garantir a realização de 100% dos eventos educacionais dos	Ciclo de Aulas Magnas - Oferta de 6 transmissões ao vivo; . Ciclo Mulheres que inspiram pessoas e que superam os desafios da atualidade - Oferta de 10 transmissões ao vivo.	Concluído em 2021.	Realização de 95% dos eventos dos ciclos de
ciclos de transmissão ao vivo (lives) da EJEF definidos para o ano de 2021	Projeto DECIDIR - Oferta de 5 transmissões ao vivo; Programa Reflexões e Debates - Oferta de 10 transmissões ao vivo; Programa Ciclos de Debates Penais e Processuais Penais - Oferta de 8 transmissões ao vivo.	Concluído em 2021.	transmissão ao vivo.
Meta 18 PAD 2021 - Oferecer, em 2021, 100% das turmas dos cursos de mediação judicial, conciliação e justiça restaurativa para indicados dos CEJUSC definidas para o ano		Concluído em 2021.	Realizado 83% dos cursos de mediação Judicial, conciliação e justiça restaurativa.



ESCOPO / ENTREGAS	ATIVIDADES	STATUS	SITUAÇÃO
	Oferta de 04 turmas da ação educacional Capacitação em Conciliação (Etapa Teórica).	Concluído em 2022.	
Meta 18 PAD 2021 - Oferecer, em 2021, 100%	Oferta de 06 turmas da ação educacional Capacitação em Mediação Empresarial.	Concluído em 2021.	Realizado 83% dos cursos de
das turmas dos cursos de mediação judicial, conciliação e justiça	Oferta de 01 turma da ação educacional JR: Noções básicas e processos circulares.	Concluído em 2021.	mediação Judicial,
restaurativa para indicados dos CEJUSC definidas para o ano	Oferta de 03 turmas da ação educacional JR: módulo virtual de capacitação de facilitadores de processos circulares.	Concluído em 2021.	conciliação e justiça restaurativa
	Oferta de 03 turmas da ação educacional Aperfeiçoamento em mediação e conciliação.	Concluído em 2021.	
Meta 19 PAD 2021 - Garantir, em 2021, vagas no curso de capacitação teórica para 100% dos juízes leigos classificados e convocados em seleções públicas até 30/09/2021	Oferta de turma da ação educacional A Atuação dos Juízes Leigos.	Concluído em 2021.	Realizado curso de capacitação teórica para Juízes leigos, alcançando a meta pretendida.
	Oferta de 04 turmas Ações do Programa NÓS (EAD ou presencial).	Concluído em 2021.	
Meta 20 PAD 2021 - Garantir, em 2021, a realização de 100% das demandas de capacitação de público externo definidas para o ano	Oferta de turma: da ação educacional Curso Preparatório para Postulantes à Adoção – EaD (oferta permanente); de Capacitação para os encarregados de oficinas das APACs; de Capacitação para presidentes, encarregados de tesouraria e contadores APACs; do Encontro dos presidentes e gerentes das APACS; de Capacitação para facilitadores do Programa Caminhos do Cuidado; da ação educacional Práticas para a Atividade Notarial e os Registros Públicos no Estado de Minas Gerais.	Concluído em 2021.	Realizado as demandas de capacitação para público externo, alcançando a meta pretendida
	Realização de Seminário de Regularização Fundiária Urbana – REURB.	Concluído em 2021.	



SITUAÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Metas:

A meta 2 do PAD 2021 - de garantir que, em 2021, 60% das ações educacionais do Programa de Desenvolvimento de Magistrados sejam credenciadas na ENFAM, foi alcançada em 73%.

A meta 3 do PAD 2021 - de garantir vagas no CFI para 100% dos juízes nomeados, perdeu o objeto, tendo em vista que não houve nomeação de Juízes substitutos no período.

A meta 13 do PAD 2021 - de Garantir, em 2021, que, ao menos, 50% dos docentes atuantes em cursos oficiais da EJEF tenham a capacitação mínima exigida pela ENFAM, atingiu 69% dos docentes oficiais da EJEF foram capacitados pela ENFAM, alcançando a meta pretendida.

METAS RELACIONADAS

NACIONAIS	-	-	-
(<u>Clique aqui para acessar o relatório</u> <u>de Metas Nacionais - CNJ</u>)	-	-	-
INSTITUCIONAIS	TJMG 48	-	-
(<u>Clique aqui para acessar o relatório</u> <u>de Metas Institucionais</u>)	-	-	-





Objetivos: Executar ações do plano de implantação de rotinas para efetivar a gestão de documentos eletrônicos no âmbito no TJMG, por meio de ações que permitam superar a obsolescência tecnológica e garantir a acessibilidade dos documentos eletrônicos pelo prazo institucionalmente estabelecido.



Vinculação Estratégica: Macrodesafio 09 — Aprimoramento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.





Custo previsto: R\$ 581.800,00.

ESCOPO / ENTREGAS	ATIVIDADES	STATUS
Implementação de um repositório arquivístico digital confiável – RDC-Arg	Contratação do IBICT para a realização de pesquisa para implantação, no âmbito do Tribunal, de Repositório Arquivístico Digital Confiável – RDC-Arq de forma integrada a um sistema de disseminação, por meio das plataformas Archivemática e AtoM, bem como a criação de barramento tecnológico piloto no sistema Processo Judicial Digital (PROJUDI) e extração de metadados de andamento processual constantes no Sistema de Informações Estratégicas do Judiciário – SIJUD relativos a documentos a serem integrados no PROJUD para preservação digital.	Em andamento, replanejado para 2022.
(Archivemática) (1)	Apresentar relatório contendo os resultados do estudo de caso que objetiva a identificação das demandas de gestão documental do TJMG.	Não iniciado.
	Caracterizar os sistemas em uso no TJMG contemplando análise negocial, computacional e tecnológica.	Não iniciado.
	Estabelecer diretrizes para o modelo de preservação digital do TJMG.	Não iniciado.
Implementação de uma plataforma digital de descrição arquivística que proporcionará acesso aos documentos institucionais de guarda permanente - ICA – AtoM (2)	Cadastrar o TJMG para identificação como entidade custodiadora de acervos arquivísticos e obtenção do código de cadastro para descrição, conforme previsto na NOBRADE (Resolução nº 28 do CONARQ, de 17 de fevereiro de 2009).	Concluído em 2021.



ESCOPO / ENTREGAS	ATIVIDADES	STATUS
	Realizar estudos para o estabelecimento para a compreensão de termos e conceitos utilizados no desenvolvimento dos trabalhos relativos a plataforma AtoM; nivelamento de conhecimento em leitura paleográfica (leitura necessária para a transcrição de documentos manuscritos dos séculos XVIII e XIX custodiados pelo TJMG); estudos para a compreensão da instituição e da produção dos documentos, identificando elementos orgânicos e funcionais que subsidiem a definição de Fundo (conjunto de documentos produzidos e/ou acumulados no decurso das atividades) e a elaboração do Quadro de Arranjo do TJMG (instrumento de cunho intelectual que espelha a estrutura e as funções/atividades da Instituição que geram os documentos arquivísticos em níveis hierárquicos e relacionáveis).	Concluído em 2021.
Implementação de uma	Realizar o recolhimento e cadastro dos documentos da Comarca de Visconde de Rio Branco para recuperação de informação e arquivamento físico na Unidade de Arquivo Permanente.	Concluído em 2021.
plataforma digital de descrição arquivística que proporcionará acesso aos documentos institucionais de	Realizar a higienização e digitalização dos documentos da Comarca de Visconde de Rio Branco de acordo com os "Procedimentos para Digitalização do TJMG, para serem inseridos na plataforma.	Concluído em 2021.
guarda permanente - ICA – AtoM (2)	Realizar a seleção de documentos e objetos custodiados pela MEJUD a serem descritos na plataforma.	Concluído em 2021.
	Elaborar documento contendo dados museológicos relevantes para descrição dos documentos tendo em vista a musealização feita nos processos.	Concluído em 2021.
	Elaborar modelos de descrição para alimentação da plataforma com os elementos descritivos indicados pela MEJUD no levantamento de dados museológicos relevantes.	Não iniciado.
	Preenchimento dos modelos de descrição arquivística com elementos museológicos indicados da MEJUD.	Não iniciado.
	Realizar preenchimento inicial em caráter de teste dos modelos de descrição para alimentação da plataforma com os elementos descritivos da entidade custodiadora (ISDIAH), registro de autoridade (ISAAR) e funções (ISDF) e alimentação na plataforma dos respectivos níveis. Modelo preenchido com base nas normas de descrição arquivísticas dos níveis 0, 1, 2 e 3 do AtoM.	Concluído em 2021.



ESCOPO / ENTREGAS	ATIVIDADES	STATUS
	Confirmar os dados, correções e adequações dos modelos de descrição para alimentação da plataforma com os elementos descritivos da entidade custodiadora (ISDIAH), registro de autoridade (ISAAR) e funções (ISDF) e alimentação na plataforma dos respectivos níveis.	Não iniciado.
Implementação de uma plataforma digital de	Realizar preenchimento inicial em caráter de teste dos modelos de descrição para alimentação da plataforma com os elementos descritivos do conjunto de documentos indicados (NOBRADE) e alimentação na plataforma do respectivo nível (obs: serão inseridos dois processos de outra comarca para teste). Modelo preenchido com base nas normas de descrição arquivísticas dos documentos que serão inseridos no AtoM (nível 4 do AtoM).	Concluído em 2021.
descrição arquivística que proporcionará acesso aos documentos institucionais de guarda permanente - ICA – AtoM (2)	Confirmar os dados, as correções e adequações dos modelos de descrição para alimentação da plataforma com os elementos descritivos da coleção selecionada pela MEJUD de acordo com as normas arquivísticas e museológicas.	Não iniciado.
,	Definir e gerenciar contas de usuários e permissões, menus e outros elementos.	Concluído em 2021.
	Criação de identidade visual para a plataforma.	Concluído em 2021.
	Aplicação de identidade visual na plataforma.	Não iniciado.
	Execução de buscas (guiadas) na plataforma por um grupo de usuários internos para verificar a usabilidade do sistema e identificação de possíveis inconsistências para proceder às correções necessárias.	Não iniciado.
	Publicar a plataforma para acesso: disponibilização ao público interno e externo.	Não iniciado.
Campanha de conscientização do público interno quanto à transformação digital institucional (3)	Realizar 3ª edição da campanha TJMG NA ERA DIGITAL.	Concluído em 2021.



SITUAÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

(1) Archivemática

Está em andamento, desde agosto/2020, a contratação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT, com interveniência da FUNDEP, para a implementação do repositório arquivístico. O atraso na contratação decorre de uma indefinição no formato de contratação.

Todas as etapas para a efetiva implementação do Archivemática dependem da atuação do Instituto e, por isso, não foram iniciadas.

(2) ATOM

A indisponibilidade de mão de obra qualificada no TJMG para trabalhar com as tecnologias utilizadas pela plataforma AtoM tem sido um dificultador.

Observa-se ainda dificuldade no dimensionamento do espaço necessário em storage destinados ao armazenamento de documentos no médio e longo prazos.

(3) Campanha de conscientização

O alcance da campanha foi monitorado e foram promovidos os ajustes necessários para otimizar a próxima ação de conscientização.

METAS RELACIONADAS

NACIONAIS	-	-	-
(<u>Clique aqui para acessar o relatório</u> <u>de Metas Nacionais - CNJ</u>)	-	-	-
INSTITUCIONAIS	TJMG 42	-	-
(<u>Clique aqui para acessar o relatório</u> <u>de Metas Institucionais</u>)	-	-	-





Objetivos: Elaborar um plano sistemático de obras e reformas prediais que atendam às necessidades de construção e de adequação de vários prédios para melhor atender aos servidores, magistrados e jurisdicionados do TJMG. Necessário também adequar as unidades às novas normas referentes à acessibilidade, segurança e ergonomia, bem como à Recomendação nº27/2009 do CNJ que versa sobre a promoção do acesso de pessoas com deficiência às dependências da Instituição e aos serviços que por ventura prestam.



Vinculação Estratégica: Macrodesafio 9 - Aprimoramento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.





Custo previsto: R\$ 306.000.000,00.

CRONOGRAMA DE ACOMPANHAMENTO

Universo da meta: 16 Obras

ESCOPO / ENTREGAS	STATUS	SITUAÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR
Mariana - Construção do Novo Fórum	Concluído em 2021.	TRP emitido em 16/09/2021.
Além Paraíba - Construção do Novo Fórum	Em andamento, replanejado para 2022.	Inauguração prevista para 18/03/2022.
Cachoeira de Minas - Reforma e Ampliação do Fórum	Em andamento, replanejado para 2022.	Primeiro contrato rescindido liminarmente.
Espinosa - Construção do Novo Fórum	Em andamento, replanejado para 2022.	Inauguração prevista para 10/06/2022.
Ipatinga – Substituição do Ar Condicionado	Em andamento, replanejado para 2022.	Inauguração prevista para 25/03/2022.
Machado - Construção do Novo Fórum	Em andamento, replanejado para 2022.	Inauguração prevista para 13/05/2022.
Nanuque - Construção do Novo Fórum	Em andamento, replanejado para 2022.	Inauguração prevista para 18/02/2022.
Nova Lima - Construção do Novo Fórum	Em andamento, replanejado para 2022.	Sendo avaliada a possibilidade de rescisão contratual.



CRONOGRAMA DE ACOMPANHAMENTO

Universo da meta: 16 Obras

ESCOPO / ENTREGAS	STATUS	SITUAÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR
Pedro Leopoldo - Construção do Novo Fórum	Em andamento, replanejado para 2022.	Inauguração prevista para 06/05/2022.
Pompéu - Construção Novo Fórum - Padrão Beta	Em andamento, replanejado para 2022.	Primeiro contrato rescindido liminarmente. Obra retomada em 18/11/2021.
São Romão - Construção do Novo Fórum	Em andamento, replanejado para 2022.	Inauguração prevista para 25/02/2022.
Campanha - Construção do Novo Fórum	Atrasado, replanejado para 2022.	Inauguração prevista para fevereiro de 2022.
Capelinha - Construção do Novo Fórum	Atrasado.	Inaugurada em 06/12/21. Sem TRP emitido.
Matozinhos - Construção do Novo Fórum	Atrasado.	Inaugurada em 17/12/21. Sem TRP emitido.
Varginha - Construção do Novo Fórum	Atrasado, replanejado para 2022.	Parcialmente inaugurada em 20/08/21. Sem TRP emitido.
Santa Rita do Sapucaí - Construção do Novo Fórum	Não iniciada, replanejado para 2023.	Primeiro contrato rescindido liminarmente. Em fase de licitação para contratação da obra.

Outras obras

ESCOPO / ENTREGAS	STATUS	SITUAÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR
Abaeté - Construção do Novo Fórum	Em andamento, previsto para 2022.	Inauguração prevista para 11/03/2022.
Araçuaí - Construção do Novo Fórum	Em andamento, replanejado para 2022.	Inauguração prevista para 08/04/2022.
Barão de Cocais - Construção do Novo Fórum	Em andamento, previsto para 2022.	-
Bom Despacho - Construção do Novo Fórum	Em andamento, previsto para 2022.	-



Outras obras

ESCOPO / ENTREGAS	STATUS	SITUAÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR
Diamantina - Construção do Novo Fórum	Em andamento, replanejado para 2022.	Inauguração prevista para 01/04/2022.
Dores do Indaiá - Construção do Novo Fórum	Em andamento, previsto para 2022.	-
Francisco Sá - Construção do Novo Fórum	Em andamento, previsto para 2022.	Inauguração prevista para 03/06/2022.
Ituiutaba - Construção do Novo Fórum	Em andamento, previsto para 2022.	Inauguração prevista para 24/06/2022.
Juiz de Fora - Construção do Novo Fórum	Em andamento, replanejado para 2022.	-
Mateus Leme - Construção do Novo Fórum	Em andamento, previsto para 2022.	-
Monte Carmelo - Construção do Novo Fórum	Em andamento, previsto para 2022.	Inauguração prevista para 20/05/2022.
Montes Claros - Construção do Novo Fórum	Em andamento, previsto para 2023.	-
Ouro Preto - Construção do Novo Fórum	Em andamento, previsto para 2022.	Inauguração prevista para 06/05/2022.
Paraopeba - Construção do Novo Fórum	Em andamento, previsto para 2022.	Inauguração prevista para 02/06/2022.
Presidente Olegário - Reforma e Ampliação do Fórum	Em andamento, previsto para 2022.	Inauguração prevista para 20/05/2022.
Santa Rita de Caldas - Construção do Novo Fórum	Em andamento, previsto para 2022.	Sendo avaliada a possibilidade de rescisão contratual.
São Gotardo - Reforma e Ampliação do Fórum	Em andamento, previsto para 2022.	Inauguração prevista para 25/04/2022.
Serro - Construção do Novo Fórum	Em andamento, previsto para 2022.	Inauguração prevista para 22/05/2022.
Três Corações - Construção do Novo Fórum	Em andamento, previsto para 2022.	Inauguração prevista para 27/06/2022.
Araguari - Construção do Novo Fórum	Atrasado.	Inaugurada em 14/05/21. Sem TRP emitido.



SITUAÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Uma obra é considerada concluída a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório – TRP.

METAS RELACIONADAS

NACIONAIS	-	-	-
(<u>Clique aqui para acessar o relatório</u> <u>de Metas Nacionais - CNJ</u>)	-	-	-
INSTITUCIONAIS	TJMG 43	-	-
(<u>Clique aqui para acessar o relatório</u> <u>de Metas Institucionais</u>)	-	-	-



IE 28 Promoção de saúde e qualidade de vida no trabalho



Objetivos: Estimular a disciplina, reflexão e conscientização de Magistrados e Servidores a respeito da percepção que têm sobre a sua postura de vida, dentro do contexto dos sistemas de cultura e valores nos quais está inserido e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações (Organização Mundial de Saúde OMS), tornando os participantes protagonistas na promoção de sua saúde, bem como estimular reflexões acerca da importância da disciplina consciente, da proatividade e da participação grupal na aquisição e manutenção da qualidade de vida. Busca ainda criar multiplicadores aptos a identificar sujeitos com risco potencial de adoecimento, viabilizando a intervenção imediata e justa na prevenção das mais variadas patologias.



Vinculação Estratégica: Macrodesafio 10 - Otimização da Gestão de Pessoas.





Custo previsto: R\$ 250.000,00.

ESCOPO / ENTREGAS	ATIVIDADES	STATUS
	Ginástica laboral - modalidade on line (1).	Concluído em 2021.
	Campanha de vacinação contra o vírus da Influenza - capital e Interior.	Concluído em 2021.
Ações de Promoção à Saúde constantes do rol de atividades da GERSAT	Ação de conscientização - Dia Mundial sem Tabaco.	Concluído em 2021.
realizadas integralmente com as adaptações devidas ao contexto atual	Acompanhamento psicossocial de magistrados e servidores.	Concluído em 2021.
	Campanhas de educação para a saúde - março lilás, maio roxo, setembro amarelo, outubro rosa, novembro azul, dentre outros.	Concluído em 2021.
Parcerias com entidades de educação em saúde e outros temas, de forma a assegurar a universalização das ações de saúde nas 297 comarcas mineiras	Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica nº 104/2021 (2) .	Concluído em 2021.
Relatório anual de controle, acompanhamento e ações de	Monitoramento semanal dos casos confirmados e suspeitos de COVID-19 na instituição.	Concluído em 2021.
enfrentamento ao absenteísmo no TJMG	Monitoramento mensal da concessão de licenças- saúde.	Concluído em 2021.
Relatório anual de controle e acompanhamento da oferta e procura das ações de promoção à saúde e qualidade de vida no trabalho	Monitoramento mensal.	Concluído em 2021.



IE 28 Promoção de saúde e qualidade de vida no trabalho

SITUAÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

(1) Modelo virtual da Ginástica Laboral

A adoção do modelo virtual resultou no aumento do número e da frequência de participação, em razão da maior flexibilidade de participação conferida pelas aulas gravadas. Além disso, a atividade foi integralmente adaptada para o modelo virtual, permitindo que os magistrados e servidores das comarcas do interior tenham acesso à ação promovida pela GERSAT.

(2) Parceria com a Faculdade de ciências médicas

O termo de cooperação técnica entre o TJMG e a Faculdade de Ciências Médicas foi firmado em maio de 2021, com o objetivo de desenvolver estudos e ações que fomentam a Qualidade de Vida no Trabalho no âmbito do TJMG.

METAS RELACIONADAS

NACIONAIS	-	-	-
(<u>Clique aqui para acessar o relatório</u> <u>de Metas Nacionais - CNJ</u>)	-	-	-
INSTITUCIONAIS	TJMG 50	-	-
(<u>Clique aqui para acessar o relatório</u> <u>de Metas Institucionais</u>)	TJMG 51	-	-





Objetivos: Agilizar a prestação jurisdicional em regime de cooperação nas unidades jurisdicionais da Justiça de Primeiro Grau do Estado de Minas Gerais desprovidas de Juiz ou que apresentem elevado acervo processual pendentes de atos judiciais e de ofício.



Vinculação Estratégica: Macrodesafio 03 — Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional.





Custo previsto: Sem informação.

ESCOPO / ENTREGAS / ATIVIDADES	STATUS	
Cooperação para emissão de atos judiciais em:		
Águas Formosas - Juizado Especial.	Concluído em 2021.	
Águas Formosas - Vara Única.	Concluído em 2021.	
Aimorés - Unidade Jurisdicional.	Concluído em 2021.	
Aimorés - Vara Única.	Concluído em 2021.	
Alpinópolis – JESP.	Concluído em 2021.	
Alvinópolis - Unidade Jurisdicional.	Concluído em 2021.	
Alvinópolis - Vara Única.	Concluído em 2021.	
Andrelândia - Unidade Jurisdicional.	Concluído em 2021.	
Andrelândia - Vara Única.	Concluído em 2021.	
Araguari - 1ª Unidade Jurisdicional.	Concluído em 2021.	
Barbacena - 2º JESP.	Concluído em 2021.	
Barão de Cocais - Unidade Jurisdicional.	Concluído em 2021.	
Barão de Cocais - Vara Única.	Concluído em 2021.	
Belo Horizonte - 13ª Vara Cível.	Concluído em 2021.	
Belo Horizonte - 15ª Vara Cível.	Concluído em 2021.	
Belo Horizonte - 16ª Vara Cível.	Concluído em 2021.	
Belo Horizonte - 1ª Vara da Fazenda Municipal.	Concluído em 2021.	



ESCOPO / ENTREGAS / ATIVIDADES	STATUS		
Cooperação para emissão de atos judiciais em:			
Belo Horizonte - 1ª Vara de Fazenda Pública e Autarquias.	Concluído em 2021.		
Belo Horizonte - 4ª Vara de Fazenda Pública e Autarquias.	Concluído em 2021.		
Belo Horizonte - 22ª Vara Cível.	Concluído em 2021.		
Belo Horizonte - 25ª Vara Cível.	Concluído em 2021.		
Belo Horizonte - 28ª Vara Cível.	Concluído em 2021.		
Belo Horizonte - 33ª Vara Cível.	Concluído em 2021.		
Belo Horizonte - Vara de Registro Público.	Concluído em 2021.		
Bocaiúva - 2ª Vara Cível e Crime.	Concluído em 2021.		
Brazópolis - Unidade Jurisdicional.	Concluído em 2021.		
Brazópolis - Vara Única.	Concluído em 2021.		
Brumadinho - 1º JESP.	Concluído em 2021.		
Brumadinho - 2º JESP.	Concluído em 2021.		
Buritis – JESP.	Concluído em 2021.		
Caeté - 1ª Unidade Jurisdicional.	Concluído em 2021.		
Camanducaia - Vara Única.	Concluído em 2021.		
Campina Verde - Unidade Jurisdicional.	Concluído em 2021.		
Campina Verde - Vara Única.	Concluído em 2021.		
Campos Gerais - Unidade Jurisdicional.	Concluído em 2021.		
Cataguases - 2ª Vara Cível.	Concluído em 2021.		
Cataguases - Unidade Jurisdicional.	Concluído em 2021.		
Conceição das Alagoas - 1ª Vara Cível e Criminal.	Concluído em 2021.		
Conceição do Rio Verde - Unidade Jurisdicional.	Concluído em 2021.		
Conselheiro Lafaiete - 1ª Vara Cível.	Concluído em 2021.		



ESCOPO / ENTREGAS / ATIVIDADES	STATUS		
Cooperação para emissão de atos judiciais em:			
Contagem - 3ª Vara Criminal.	Concluído em 2021.		
Contagem - 6ª Vara Cível.	Concluído em 2021.		
Contagem - 1º JESP.	Concluído em 2021.		
Contagem - 1º Juízo de Direito da 1ª Unidade Jurisdicional do JESP de Contagem.	Concluído em 2021.		
Contagem - 2º Juízo de Direito da 1ª Unidade Jurisdicional do JESP de Contagem.	Concluído em 2021.		
Contagem - 3º Juízo de Direito da 2ª Unidade Jurisdicional do JESP de Contagem.	Concluído em 2021.		
Contagem - 4º Juízo de Direito da 2ª Unidade Jurisdicional do JESP.	Concluído em 2021.		
Coromandel - 1ª Vara Cível e Criminal.	Concluído em 2021.		
Coromandel - 2ª Vara Cível e Criminal.	Concluído em 2021.		
Coromandel - Vara Única.	Concluído em 2021.		
Coromandel - 1º JESP.	Concluído em 2021.		
Coromandel - 2º JESP.	Concluído em 2021.		
Dores do Indaiá - Juizado Especial.	Concluído em 2021.		
Dores do Indaiá - Unidade Jurisdicional.	Concluído em 2021.		
Dores do Indaiá - Vara Única.	Concluído em 2021.		
Ervália - Juizado Especial.	Concluído em 2021.		
Ervália - Unidade Jurisdicional.	Concluído em 2021.		
Ervália - Vara Única.	Concluído em 2021.		
Extrema - Unidade Jurisdicional.	Concluído em 2021.		
Formiga - 1ª Vara Cível.	Concluído em 2021.		
Governador Valadares - 1ª Criminal.	Concluído em 2021.		
Grão Mogol - Juizado Especial.	Concluído em 2021.		
Guapé - 1ª Unidade Jurisdicional.	Concluído em 2021.		



ESCOPO / ENTREGAS / ATIVIDADES	STATUS		
Cooperação para emissão de atos judiciais em:			
Guaranésia - Unidade Jurisdicional.	Concluído em 2021		
Guaranésia - Vara Única.	Concluído em 2021		
Guaxupé - 1ª Vara Cível.	Concluído em 2021		
Guaxupé - 2ª Vara Cível.	Concluído em 2021		
Ipatinga - 1ª Vara Cível.	Concluído em 2021		
Itabirito - 1º Juizado Especial.	Concluído em 2021		
Itajubá - Unidade Jurisdicional.	Concluído em 2021		
Itamoji - Unidade Jurisdicional.	Concluído em 2021		
Itamonte - Unidade Jurisdicional.	Concluído em 2021		
Itamonte - Vara Única.	Concluído em 2021		
Itaúna - 2ª Vara Cível.	Concluído em 2021		
Iturama - 1ª Unidade Jurisdicional.	Concluído em 2021		
Jacutinga - Unidade Jurisdicional.	Concluído em 2021		
Jequeri - Unidade Jurisdicional.	Concluído em 2021		
Juiz de Fora - 1ª Vara Cível.	Concluído em 2021		
Juiz de Fora - 2ª Vara Cível.	Concluído em 2021		
Juiz de Fora - 2ª Vara da Fazenda Municipal.	Concluído em 2021		
Juiz de Fora - 3º JD da 2ª Unidade Jurisdicional.	Concluído em 2021		
Juiz de Fora - 4º JD da 2ª Unidade Jurisdicional.	Concluído em 2021		
Lagoa da Prata - 2ª Vara Cível e Criminal.	Concluído em 2021		
Lagoa da Prata - 2º Juizado Especial.	Concluído em 2021		
Machado - 2ª Vara Cível e Criminal.	Concluído em 2021		
Machado - 2º JESP.	Concluído em 2021		



ESCOPO / ENTREGAS / ATIVIDADES	STATUS		
Cooperação para emissão de atos judiciais em:			
Manhuaçu — JESP.	Concluído em 2021.		
Martinho Campos - Unidade Jurisdicional.	Concluído em 2021.		
Mateus Leme - 1ª Vara Cível e Criminal.	Concluído em 2021.		
Mateus Leme - 2ª Vara Cível e Criminal.	Concluído em 2021.		
Mateus Leme - 1º Juizado Especial.	Concluído em 2021.		
Matozinhos - 2º JESP.	Concluído em 2021.		
Medina – JESP.	Concluído em 2021.		
Medina - Vara Única.	Concluído em 2021.		
Miraí - Unidade Jurisdicional.	Concluído em 2021.		
Monte Alegre de Minas - Vara Única.	Concluído em 2021.		
Monte Carmelo - 1º Juizado Especial.	Concluído em 2021.		
Monte Santo de Minas - Unidade Jurisdicional.	Concluído em 2021.		
Monte Santo de Minas - Vara Única.	Concluído em 2021.		
Montes Claros - 1º JD Unidade Jurisdicional.	Concluído em 2021.		
Morada Nova de Minas - Unidade Jurisdicional.	Concluído em 2021.		
Morada Nova de Minas - Vara Única.	Concluído em 2021.		
Natércia - Vara Única.	Concluído em 2021.		
Nova Era - Juizado Especial.	Concluído em 2021.		
Nova Era - Vara Única.	Concluído em 2021.		
Nova Lima - 1ª Vara Cível.	Concluído em 2021.		
Nova Lima - 2ª Vara Cível.	Concluído em 2021.		
Nova Serrana - 1ª Vara Criminal.	Concluído em 2021.		
Novo Cruzeiro - Vara Única.	Concluído em 2021.		



ESCOPO / ENTREGAS / ATIVIDADES	STATUS		
Cooperação para emissão de atos judiciais em:			
Oliveira - 1ª Vara.	Concluído em 2021.		
Oliveira - Unidade Jurisdicional.	Concluído em 2021.		
Ouro Branco - Unidade Jurisdicional.	Concluído em 2021.		
Ouro Branco - Vara Única.	Concluído em 2021.		
Ouro Fino - 1º JESP.	Concluído em 2021.		
Ouro Fino - 2º JESP.	Concluído em 2021.		
Pará de Minas - 2ª Vara Cível.	Concluído em 2021.		
Paracatu - 1ª Vara Criminal.	Concluído em 2021.		
Paraisópolis - Unidade Jurisdicional.	Concluído em 2021.		
Patos de Minas - 2ª Vara Cível.	Concluído em 2021.		
Patrocínio - 1ª Vara Cível e Criminal.	Concluído em 2021.		
Peçanha - Unidade Jurisdicional.	Concluído em 2021.		
Peçanha - Vara Única.	Concluído em 2021.		
Pitangui - 1ª Vara Cível e Crime.	Concluído em 2021.		
Pitangui - 1º JESP.	Concluído em 2021.		
Piumhi - 1ª Vara.	Concluído em 2021.		
Piumhi - 2ª Vara Cível.	Concluído em 2021.		
Piumhi - 1º JESP.	Concluído em 2021.		
Piumhi - 2º JESP.	Concluído em 2021.		
Poço Fundo - Unidade Jurisdicional.	Concluído em 2021.		
Poço Fundo - Vara Única.	Concluído em 2021.		
Pompéu – JESP.	Concluído em 2021.		
Pompéu - Vara Única.	Concluído em 2021.		



ESCOPO / ENTREGAS / ATIVIDADES	STATUS		
Cooperação para emissão de atos judiciais em:			
Ponte Nova - Unidade Jurisdicional.	Concluído em 2021.		
Porteirinha - Unidade Jurisdicional.	Concluído em 2021.		
Presidente Olegário - Unidade Jurisdicional.	Concluído em 2021.		
Raul Soares - Vara Única.	Concluído em 2021.		
Resplendor - Unidade Jurisdicional.	Concluído em 2021.		
Ribeirão das Neves - Vara Empresarial, da Fazenda Pública, e Registros Públicos.	Concluído em 2021.		
Rio Piracicaba - Unidade Jurisdicional.	Concluído em 2021.		
Rio Piracicaba - Vara Única.	Concluído em 2021.		
Sabará - Juizado Especial.	Concluído em 2021.		
Santa Bárbara - Unidade Jurisdicional.	Concluído em 2021.		
Santa Bárbara - Vara Única.	Concluído em 2021.		
Santa Luzia - 1ª Vara Cível.	Concluído em 2021.		
Santa Luzia - 3ª Cível.	Concluído em 2021.		
Santa Maria do Suaçuí - Juizado Especial.	Concluído em 2021.		
Santa Rita do Sapucaí - Juizado Especial.	Concluído em 2021.		
São Gonçalo do Sapucaí - 1º JESP.	Concluído em 2021.		
São Romão - Vara Única.	Concluído em 2021.		
São Sebastião do Paraíso - Unidade Jurisdicional.	Concluído em 2021.		
Tombos - Juizado Especial.	Concluído em 2021.		
Tombos - Vara Única.	Concluído em 2021.		
Turmalina – JESP.	Concluído em 2021.		
Turmalina - Vara Única.	Concluído em 2021.		
Uberaba - 2ª Vara Cível.	Concluído em 2021.		



ESCOPO / ENTREGAS / ATIVIDADES	STATUS		
Cooperação para emissão de atos judiciais em:			
Uberaba - 3ª Vara Cível.	Concluído em 2021.		
Uberaba - 4º Vara Cível.	Concluído em 2021.		
Uberlândia - 1ª Vara Criminal.	Concluído em 2021.		
Uberlândia - 3ª Vara da Fazenda Pública E Autarquia.	Concluído em 2021.		
Uberlândia - 3º Vara Criminal.	Concluído em 2021.		
Unaí - Juizado Especial.	Concluído em 2021.		
Aimorés - Juizado Especial.	Concluído em 2022.		
Barão de Cocais - Juizado Especial.	Concluído em 2022.		
Barão de Cocais - Vara Única.	Concluído em 2022.		
Belo Horizonte - 3ª Vara dos Feitos da Fazenda Municipal.	Concluído em 2022.		
Belo Vale - Vara Única.	Concluído em 2022.		
Belo Vale - Juizado Especial.	Concluído em 2022.		
Brumadinho - 2º JESP.	Concluído em 2022.		
Campo Belo - Juizado Especial.	Concluído em 2022.		
Capelinha - 1ª Vara Cível e Criminal.	Concluído em 2022.		
Capelinha - 1º Juizado Especial Cível e Criminal.	Concluído em 2022.		
Cataguases - Unidade Jurisdicional.	Concluído em 2022.		
Coromandel - 1º JESP.	Concluído em 2022.		
Cruzília - Unidade Jurisdicional.	Concluído em 2022.		
Cruzília - Vara Única.	Concluído em 2022.		
Extrema - Unidade Jurisdicional.	Concluído em 2022.		
Itaúna - Juizado Especial.	Concluído em 2022.		
Itamonte - Juizado Especial.	Concluído em 2022.		



ESCOPO / ENTREGAS / ATIVIDADES	STATUS		
Cooperação para emissão de atos judiciais em:			
Iturama - 1ª Unidade Jurisdicional.	Concluído em 2022.		
Iturama - 1ª Vara Cível e Crime.	Concluído em 2022.		
Juiz de Fora - 2ª Vara Cível.	Concluído em 2022.		
Martinho Campos - Unidade Jurisdicional.	Concluído em 2022.		
Martinho Campos - Vara Única.	Concluído em 2022.		
Monte Alegre de Minas - Vara Única.	Concluído em 2022.		
Monte Alegre de Minas - Juizado Especial.	Concluído em 2022.		
Montes Claros - 1º JD Unidade Jurisdicional.	Em andamento, iniciado em 2022.		
Natércia - Vara Única.	Concluído em 2022.		
Natércia - Juizado Especial.	Concluído em 2022.		
Paraopeba - Juizado Especial.	Concluído em 2022.		
Paraopeba - Vara Única.	Concluído em 2022.		
Peçanha - Vara Única.	Concluído em 2022.		
Peçanha - Juizado Especial.	Concluído em 2022.		
Patos de Minas - 1ª Vara Cível.	Concluído em 2022.		
Piumhi - 1ª Vara.	Concluído em 2022.		
Piumhi - 1º JESP.	Concluído em 2022.		
Santa Bárbara - Juizado Especial.	Em andamento, iniciado em 2022.		
São Gonçalo do Sapucaí - 1º JESP.	Concluído em 2022.		
Três Marias - Vara Única.	Concluído em 2022.		
Três Marias - Juizado Especial.	Concluído em 2022.		
Viçosa - Juizado Especial.	Concluído em 2022.		



SITUAÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

- Em março de 2021, o Pontualidade lançou uma ação articulada em conjunto com a COMSIV e com o apoio e a parceria da Corregedoria Geral de Justiça (CGJ) para julgar processos relativos à feminicídio e violência doméstica e familiar que estivessem prontos para julgamento.
- A iniciativa contribuiu para a melhoria dos resultados da 1ª instância nas Metas Nacionais e para a redução das taxas de congestionamento constantes no Planejamento Estratégico em 2021.

METAS RELACIONADAS

NACIONAIS (Clique aqui para acessar o relatório de Metas Nacionais - CNJ)	CNJ 1	CNJ 5	-
	CNJ 2	-	-
INSTITUCIONAIS	TJMG 18	TJMG 20	-
(<u>Clique aqui para acessar o relatório</u> <u>de Metas Institucionais</u>)	TJMG 19	-	-



IE 10 Mutirões de cooperação.



Objetivos: Agilizar a prestação jurisdicional em regime de cooperação entre as diversas unidades judiciárias da Justiça de Primeiro Grau do Estado de Minas Gerais (Justiça Comum e JESP), conforme o interesse de algumas unidades em receber a cooperação e a disponibilidade de outras para cooperar. Contempla, dentre outros, mutirão para prolação de sentenças em processos físicos e PJe e mutirões para realização de sessões do Tribunal do Júri.



Vinculação Estratégica: Macrodesafio 03 – Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional.





Custo previsto: Sem informação.

CRONOGRAMA DE ACOMPANHAMENTO

ESCOPO / ENTREGAS / ATIVIDADES	STATUS
506 mutirões de cooperação entre as diversas unidades judiciárias da Justiça de Primeiro Grau para emissão de atos judiciais.	Concluídos em 2021.
8 mutirões de cooperação entre as diversas unidades judiciárias da Justiça de Primeiro Grau para emissão de atos judiciais.	Concluídos em 2022.
12 Mutirões de cooperação entre as diversas unidades judiciárias da Justiça de Primeiro Grau para emissão de atos judiciais.	Em andamento, previsto para 2022.

SITUAÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

- 12.051 sentenças (cíveis e criminais)*;
- 539 júris (incluindo os cancelados e redesignados)*;
- 819 audiências por videoconferência*;
- 180 juízes cooperadores*.

NACIONAIS	CNJ 1	CNJ 5	-
(<u>Clique aqui para acessar o relatório</u> <u>de Metas Nacionais - CNJ</u>)	CNJ 2	-	-
INSTITUCIONAIS	TJMG 20	-	-
(<u>Clique aqui para acessar o relatório</u> <u>de Metas Institucionais</u>)	-	-	-

^{*} Dados até outubro de 2021.



IE 18 Plano de Eliminação Documental



Objetivos: Diminuir a massa documental, evitando-se investimento sempre crescente com a guarda de documentos (aluguéis, terceirização de guarda etc.), considerando as diretrizes que regem a eliminação, dispostas na Resolução 324/2020 do Conselho Nacional de Justiça e a Resolução nº 749/2013 do Tribunal de Justiça.



Vinculação Estratégica: Macrodesafio 09 — Aprimoramento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.





Custo previsto: Sem informação.

ESCOPO / ENTREGAS / ATIVIDADES	STATUS
Eliminação Documental do Edital nº 8/2020 (GEDOC)	Concluído em 2021.
Eliminação Documental do Edital nº 9/2020 (GEDOC)	Concluído em 2021.
Eliminação Documental do Edital nº 1/2021 (GEARQ)	Concluído em 2021.
Eliminação Documental do Edital nº 2/2021 (GEDOC)	Concluído em 2021.
Eliminação Documental do Edital nº 3/2021 (GEARQ)	Concluído em 2021.
Eliminação Documental do Edital nº 4/2021 (GEDOC)	Concluído em 2021.
Eliminação Documental do Edital nº 5/2021 (GEARQ)	Concluído em 2021.
Eliminação Documental do Edital nº 6/2021 (GEARQ)	Concluído em 2021.
Eliminação Documental do Edital nº 7/2021 (GEDOC)	Concluído em 2021.
Eliminação Documental do Edital nº 8/2021 (GEARQ)	Concluído em 2021.
Eliminação Documental do Edital nº 9/2021 (GEDOC)	Concluído em 2021.
Eliminação Documental do Edital nº 10/2021 (GEARQ)	Concluído em 2021.
Eliminação Documental do Edital nº 11/2021 (GEDOC)	Concluído em 2021.
Publicação Documental do Edital nº 12/2021 (GEARQ)	Concluído em 2021.
Atendimento do prazo de requerimento de guarda	Concluído em 2022.
Eliminação Documental Edital nº 12/2021 (GEARQ)	Não iniciado, previsto para 2022.



IE 18 Plano de Eliminação Documental

SITUAÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Ao todo foram eliminados no ano de 2021 763.839 processos Judiciais, dos 1,2MM previstos.

NACIONAIS	-	-	-
(<u>Clique aqui para acessar o relatório</u> <u>de Metas Nacionais - CNJ</u>)	-	-	-
INSTITUCIONAIS	TJMG 41	-	-
(<u>Clique aqui para acessar o relatório</u> <u>de Metas Institucionais</u>)	-	-	-



IE 27

Adequação do TJMG à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais



Objetivos: Desenvolver ações destinadas à adequação do TJMG às disposições da Lei nº 13.709/2018 de acordo com as medidas propostas na Resolução nº 363 editada pelo Conselho Nacional de Justiça.



Vinculação Estratégica: Macrodesafio 9 - Aprimoramento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.



Custo previsto: Sem informação.



ESCOPO / ENTREGA / ATIVIDADES	STATUS
Criar o Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais (CGPD).	Concluído em 2020.
Designar o encarregado pelo tratamento de dados pessoais, conf. art. 41 da LGPD (1).	Concluído em 2021.
Formar Grupo de Trabalho Técnico de caráter multidisciplinar para auxiliar nas funções junto ao encarregado pelo GT, composto, entre outros, por servidores da área de tecnologia, segurança da informação e jurídica.	Concluído em 2020.
Elaborar, por meio de canal do próprio encarregado, ou em parceria com as respectivas ouvidorias dos tribunais: formulário eletrônico ou sistema para atendimento das requisições e/ou reclamações apresentadas por parte dos titulares dos dados pessoais; e fluxo para atendimento aos direitos dos titulares de dados pessoais.	Concluído em 2021.
Criar um site com informações sobre a aplicação da LGPD.	Concluído em 2020.
Disponibilizar informação adequada sobre o tratamento de dados pessoais, nos termos do art. 90 da LGPD.	Concluído em 2021.
Zelar para que as ações relacionadas à LGPD sejam cadastradas com os assuntos pertinentes da tabela processual unificada.	Concluído em 2021.
Determinar aos serviços extrajudiciais que, sob a supervisão da CGJ, analisem a adequação à LGPD no âmbito de suas atribuições (2).	Concluído em 2021.
Organizar programa de conscientização sobre a LGPD.	Concluído em 2021.
Revisar os modelos de minutas de contratos e convênios com terceiros já existentes, que autorizem o compartilhamento de dados.	Concluído em 2021.
Implementar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais.	Atrasado.
Elaborar e manter os registros de tratamentos de dados pessoais.	Concluído em 2021.
Informar o CGPD sobre os projetos de automação e inteligência artificial.	Concluído em 2022.
Outras ações - artigo 2º da Resolução CNJ № 363 (3).	Em andamento, replanejado para 2022.



IE 27 Adequação do TJMG à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

SITUAÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

- (1) Publicada a Portaria nº 5130/PR/2021 que designou o Desembargador Rogério Medeiros Garcia de Lima como o encarregado do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais pelo tratamento de dados pessoais.
- (2) Criado, em 07/04/21, por meio da Portaria nº 6.735, grupo de trabalho para regular e supervisionar a adequação dos Serviços Notariais e de Registros às disposições contidas na Lei Geral de Proteção de Dado LGPD.
- **(3) Outras ações:** Elaborado plano de ação (Roadmap), com a previsão de todas as atividades constantes na Resolução 363/2021 do CNJ;

O mapeamento das atividades de tratamento de dados pessoais por meio de questionário foi iniciado em 11/03/21 na DIRSEP e finalizado em 18/06/21. A segunda diretoria a ser mapeada será a DIRFOR. Os processos de trabalho da DIRFOR foram estabelecidos pela equipe SEI. Encontra-se em aprimoramento o formulário de inventário de dados e demais alinhamentos para início dos trabalhos de mapeamento na DIRFOR.

NACIONAIS	-	-	-
(<u>Clique aqui para acessar o relatório</u> <u>de Metas Nacionais - CNJ</u>)	-	-	-
INSTITUCIONAIS	TJMG 46	-	-
(<u>Clique aqui para acessar o relatório</u> <u>de Metas Institucionais</u>)	-	-	-





Objetivos: Adotar medidas de curto, médio e longo prazo que atendam às competências definidas na Resolução CNJ nº 214 de 2015 e viabilizem uma visão ampla e gerencial do Sistema Prisional de Minas Gerais; Aprimorar os atos normativos referentes à atuação do GMF no Estado de Minas Gerais com o fim de fiscalizar e monitorar o Sistema Carcerário e o Sistema Socioeducativo de maneira eficiente e responsável e Valorizar as iniciativas como as Apacs, o Programa Pai-PJ, o Programa "Se Liga" e o Programa "Descubra".



Vinculação Estratégica: Macrodesafio 08 – Aperfeiçoamento da Administração do Sistema de Justiça.



Custo previsto: Sem informação.

16 PAZ, JUSTIGA E INSTITUÇÕES EFICAZES

ESCOPO / ENTREGAS	ATIVIDADES	STATUS
Regularização Processual dos pacientes judiciários do Hospital de Custódia em Barbacena-MG (1)	Realizar mutirão carcerário para análise de pacientes judiciários e verificar a situação dos pacientes internados em hospital de Custódia de Barbacena.	Concluído em 2021.
Regionalização das audiências	Promover reunião para apresentar proposta de criação de um Grupo de Trabalho para elaborar novo fluxo de procedimentos visando a criação de um sistema de audiências de custódia por regiões.	Concluído em 2021.
de custódia	Participar do evento – Altos Estudos em Audiências de Custódia - CNJ.	Concluído em 2021.
	Realizar reunião na SEJUSP, com participação do DEPEN-MG, da POLÍCIA MILITAR e da POLÍCIA CIVIL.	Concluído em 2021.
Fomentar a Gestão de Vagas no Sistema Socioeducativo e realização de audiências concentradas em unidades de semiliberdade e internação do Sistema Socioeducativo	Proposta de ação educacional — Curso "Audiências Concentradas e Central de Vagas no Sistema Socioeducativo Mineiro". Promover, em conjunto com a COINJ, a regulamentação da Resolução n. 367/CNJ, de 19 de janeiro de 2021 que dispõe sobre diretrizes e normas gerais para a criação da Central de Vagas no Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo, no âmbito do Poder Judiciário.	Concluído em 2021.



ESCOPO / ENTREGAS	ATIVIDADES	STATUS
Criação de Painel no site do TJMG para acompanhamento de benefícios vencidos, presos provisórios e medidas	Promover a alteração dos procedimentos referentes às Portarias 889 e 890/PR/2019 com o objetivo de atualizar e aprimorar os mecanismos de monitoramento e fiscalização e orientar magistrados e treinar os servidores sobre o correto preenchimento dos sistemas judiciais (SISCOM, SEEU e Pje Criminal).	Concluído em 2021.
de segurança	Obter a inclusão de dados do PJE no Painel de presos provisórios.	Em andamento, replanejado para 2022.
Instituição de projeto para facilitação da destinação dos recursos referentes às prestações pecuniárias	Destinar verbas pecuniárias para projetos ou entidades que prestarão relevantes serviços públicos.	Concluído em 2021.
Instalação de Grupo Interinstitucional de Acompanhamento do Sistema Socioeducativo do estado de MG	Realizar visitas de inspeção em unidades socioeducativas do Estado de Minas Gerais.	Concluído em 2021.
	Constituir Grupo de Trabalho para avaliar a criação de projetos relacionados à Justiça Restaurativa dentro dos estabelecimentos prisionais do Estado de Minas Gerais (Portaria 5.103/PR/2021).	Concluído em 2021.
Instalação de Grupo de Apoio	Realizar visitas de inspeção em unidades prisionais do Estado de Minas Gerais.	Concluído em 2021.
Localizado da Execução Penal (2)	Portaria n. 5.093/PR/2021. Constitui grupo de Trabalho para realizar estudos com a finalidade de apresentar propostas destinadas ao atendimento da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 354, de 19 de novembro de 2020, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.	Concluído em 2021.
	Promover a designação de Magistrados do GMF/TJMG para cooperarem nas Comarcas de Francisco Sá-MG, Formiga – MG, Abre Campo – MG.	Concluído em 2021.



ESCOPO / ENTREGAS	ATIVIDADES	STATUS
Implementar medidas	Tomar medidas de cuidado e prevenção da infecção pelo coronavírus em relação a mulheres privadas de liberdade que sejam gestantes, parturientes, mães de crianças de até doze anos, idosas ou possuam doenças crônicas ou respiratórias.	Concluído em 2021.
eficientes de fiscalização nos eixos prisional e Socioeducativo	Monitoramento Eletrônico - Sugestão de elaboração de ato normativo interno e próprio do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.	Em andamento, replanejado para 2022.
	Expandir o Projeto de Videoconferência na Região Metropolitana de Belo Horizonte.	Concluído em 2021.
Emissão de documentação	Acompanhar o recebimento dos kits de coleta de dados biométricos e biográficos do CNJ.	Concluído em 2021.
civil e para a identificação civil biométrica das pessoas privadas de liberdade	Acompanhar a instalação de kits de coleta de dados biométricos e biográficos em unidades judiciárias.	Em andamento, replanejado para 2022.
Alcance e manutenção de ocupação total das unidades APAC's (3)	Elaborar relatório trimestral contendo a ocupação total das unidades APAC's a fim de possibilitar o alcance total de vagas.	Concluído em 2021.
	Propor Convênio com a PBH para abertura de residências terapêuticas para pacientes.	Concluído em 2021.
Melhoria do Programa PAI PJ	Promover a contratação de estagiários de pós-graduação, em diversas áreas de atuação (Direito, Serviço Social e Psicologia) e Núcleos Regionais daquele programa (Barbacena, Governador Valadares, Itaúna, Juiz de Fora e Teófilo Otoni).	Concluído em 2021.
(4)	Monitorar e analisar a situação e andamento das medidas de segurança da lista de espera de internação em hospital de custódia e tratamento no Estado de Minas Gerais.	Concluído em 2021.
	Colaborar com a implantação de dois núcleos regionais do Programa PAI PJ, em 2021.	Suspenso.
	Sugestão de criação da Central Estadual de Execução de Medidas de Segurança do TJMG.	Concluído em 2022.



CRONOGRAMA DE ACOMPANHAMENTO

ESCOPO / ENTREGAS	ATIVIDADES	STATUS
Ampliação do Programa "Se Liga"	Promover a ampliação do "Programa Se Liga" para as comarcas do interior, que já possuem unidade de internação e/ou casas de semiliberdade.	Em andamento, replanejado para 2022.
Ampliação do Programa "Descubra" (5)	Promover a ampliação do "Programa Descubra" para as comarcas do interior, que já possuem unidade de internação e/ou casas de semiliberdade; total de 19 comarcas.	Em andamento, replanejado para 2022.
Adequação dos atos normativos referentes à atuação do GMF	Adequações dos atos normativos previstos para 2021.	Concluído em 2021.

SITUAÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

- (1) O GMF verificou a situação de 127 pacientes judiciários, deliberou, internamente pela elaboração de estudos à implantação das audiências de custódia regionalizadas, e, na oportunidade, a criação de regionais à implementação do "Juiz das Garantias".
- (2) Portaria n. 5.103/PR/2021 Constitui Grupo de Trabalho para avaliar a criação de projetos relacionados à Justiça Restaurativa dentro dos estabelecimentos prisionais do Estado de Minas Gerais.
- (3) Em dezembro de 2021 a ocupação das APACS era de 4.577 recuperandos.
- **(4)** O GMF monitorou ainda, 469 medidas da lista de segurança da lista de espera de internação na Região metropolitana de Belo Horizonte.
- **(5)** Em 2021, houve abrangência do Programa "Descubra" para 11 comarcas, sedo: Juiz de Fora, pouso Alegre, Divinópolis, Ribeirão das Neves, Governador Valadares, Varginha, Ipatinga, Muriaé, Montes Claros, Uberaba e Araxá.

NACIONAIS	-	-	-
(<u>Clique aqui para acessar o relatório</u> <u>de Metas Nacionais - CNJ</u>)	-	-	-
INSTITUCIONAIS	TJMG 32	TJMG 33	TJMG 34
(<u>Clique aqui para acessar o relatório</u> <u>de Metas Institucionais</u>)	TJMG 35	TJMG 36	-



IE 38 Implantação do e-social no TJMG



Objetivos: Prover e enviar as informações requeridas pelo eSocial (Sistema de Escrituração Fiscal Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trababalhistas), pela EFD-Reinf (Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais) e para a geração da DCTFWeb (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos), em cumprimento aos requisitos e prazos legais estabelecidos pelo Governo Federal.



Vinculação Estratégica: Macrodesafio 9 - Aprimoramento da gestão administrativa e da Governança Judiciária.





Custo previsto: Sem informação.

ESCOPO / ENTREGAS	ATIVIDADES	STATUS
Fase 1 - Envio dos Eventos obrigatórios de Tabela (informações relativas ao órgão, ou seja, cadastros do empregador e tabelas)	Envio dos eventos obrigatórios da Fase 1.	Concluído em 2021.
Envio dos demais Eventos de	Testes e preparação do envio dos demais eventos da Fase 1.	Em andamento, previsto para 2022.
Tabela da Fase 1	Envio dos eventos da fase 1 (marco).	Não iniciado, previsto para 2022.
	Estudo dos Eventos da Fase 2.	Concluído em 2021.
Fase 2 – Envio dos Eventos Não Periódicos (informações relativas aos servidores e seus vínculos	Adequação dos Sistemas e dos Dados.	Em andamento, previsto para 2022.
com o órgão. Ex: admissões, afastamentos e desligamentos.)	Testes e preparação do envio dos eventos da Fase 2.	Em andamento, previsto para 2022.
	Envio dos eventos da Fase 2 (marco).	Não iniciado, previsto para 2022.



IE 38 Implantação do e-social no TJMG

CRONOGRAMA DE ACOMPANHAMENTO

ESCOPO / ENTREGAS	ATIVIDADES	STATUS
	Estudo dos Eventos da Fase 3.	Concluído em 2021.
	Adequação dos Sistemas e dos Dados para a Fase 3.	Em andamento, previsto para 2022.
Fase 3 – Envio dos Eventos	Testes e preparação do envio dos eventos da Fase 3.	Não iniciado, previsto para 2022.
Periódicos e EFD-Reinf (folhas de pagamento e outros fatos	Estudo dos Eventos EFD-Reinf.	Concluído em 2022.
geradores de contribuições previdenciárias)	Construção da solução pare envio da EFD- Reinf.	Em andamento, previsto para 2022.
	Testes e preparação do envio dos eventos da EFD-Reinf.	Não iniciado, previsto para 2022.
	Envio dos eventos da fase 3 (marco).	Não iniciado, previsto para 2022.
	Estudo dos Eventos Fase 4.	Não iniciado, previsto para 2022.
Fase 4 – Envio dos Eventos de	Adequação dos Sistemas e dos Dados para a Fase 4.	Não iniciado, previsto para 2022.
Saúde e Segurança do Trabalho (SST)	Testes e preparação do envio dos eventos da Fase 4.	Não iniciado, previsto para 2022.
	Envio dos eventos da fase 4 (marco).	Não iniciado, previsto para 2022.
Substituição da GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS e de	Preparação e implantação da substituição da GFIP.	Não iniciado, previsto para 2022.
Informações à Previdência Social)	Substituição da GFIP (marco).	Não iniciado, previsto para 2022.

SITUAÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

• O TJMG tem atuado para cumprir o prazo legal de envio das informações requeridas pelo esocial. Em 2021, foi realizado o envio dos eventos obrigatórios da Fase 1.



IE 38 Implantação do e-social no TJMG

NACIONAIS	-	-	-
(<u>Clique aqui para acessar o relatório</u> <u>de Metas Nacionais - CNJ</u>)	-	-	-
INSTITUCIONAIS	TJMG 56	-	-
(<u>Clique aqui para acessar o relatório</u> <u>de Metas Institucionais</u>)	-	-	-



IE 01 Projetos Sociais do TJMG



Objetivos: Melhorar um ou mais aspectos de uma sociedade, por meio de iniciativas que potencializem a cidadania e consciência social dos indivíduos.



Vinculação Estratégica: Macrodesafio 01 — Garantia dos Direitos Fundamentais e do Estado Democrático de Direito.





Custo previsto: Sem informação.

ESCOPO / ENTREGAS



Projetos Executados pelo TJMG Projetos patrocinados pelo TJMG Projetos realizados por meio de parcerias

APAC: Ocupantes das APACs nos regimes fechado, semi aberto e aberto.

PAI PJ: Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário portador de sofrimento psíquico.

COINJ: Carol infanto Juvenil; Orquestra Jovem; Programa Entrega Legal.

CEJA: Adoção Internacional; Implementação do A.Dot; Audiência Concentrada.

COMSIV: Campanha Justiça Pela Paz em Casa; Palestras, exposições e vídeos (BH e Interior); Convênio par atendimento às vítimas; Selo Mulheres libertas.

NUPEMEC: Oficinas de parentalidade; Atendimento no Setor de Cidadania.

CGJ: Exames de DNA em processos Judiciais; Assistência Judiciária Gratuita.

Núcleo Voluntariado: Arrecadação de alimentos, cobertores e sacos de dormir; Participação unindo forças - Todos contar a fome.

NACIONAIS	-	-	-
(<u>Clique aqui para acessar o relatório</u> <u>de Metas Nacionais - CNJ</u>)	-	-	-
INSTITUCIONAIS (Clique aqui para acessar o relatório	TJMG 1	-	-



IE 02 Plano de Logística Sustentável



Objetivos: Aperfeiçoar as ações que estimulem o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados, o uso apropriado dos recursos finitos, a promoção das contratações sustentáveis, a gestão sustentável de documentos e a qualidade de vida no ambiente de trabalho. Adotar modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social.



Vinculação Estratégica: Macrodesafio 7 - Promoção da Sustentabilidade.



Custo previsto: Sem informação.



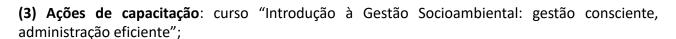
ESCOPO / ENTREGAS	ATIVIDADES	STATUS
Compras e Contratações Sustentáveis	Monitorar o consumo de papel, copos descartáveis e água engarrafada.	Concluído em 2021.
Sustentavers	Avaliar o contrato de outsourcing.	Concluído em 2021.
Racionalização do Consumo de Recursos Administrativos	Implantar o painel de gerenciamento do volume de impressões.	Concluído em 2021.
	Implantar o acordo de cooperação com a Cemig para implantação do projeto de eficiência energética.	Concluído em 2021.
Racionalização do Consumo de Recursos Naturais	Implantar o Projeto de Eficiência Energética do TJMG.	Concluído em 2021.
	Revisar a portaria de energia elétrica.	Em andamento, replanejado para 2022.
	Confeccionar Cartilha de gestão de resíduos sólidos (1).	Concluído em 2021.
Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho,	Realizar 12 ações de qualidade de vida (2) .	Concluído em 2021.
Comunicação e Capacitação para Sustentabilidade	Viabilizar 2 novos cursos nas ações de capacitação (3).	Concluído em 2021.
Acompanhamento dos indicadores do PLS	Elaborar painel de acompanhamento dos indicadores do PLS (4).	Concluído em 2021.



IE 02 Plano de Logística Sustentável

SITUAÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

- (1) Confecção da "Cartilha de Gestão de Resíduos Sólidos" visando à implementação de programas e ações interinstitucionais de responsabilidade socioambiental;
- (2) Dentre as várias ações de qualidade de vida realizadas podemos destacar:
 - A 'ginástica laboral' que agora, por ser online, está beneficiando também os servidores da Primeira Instância;
 - Campanha "Novembro Azul" divulgando ações para prevenção ao câncer de próstata;
 - Campanha "Dezembro Laranja" alertando para os sinais e prevenção ao câncer de pele;



(4) Implantação do Painel de acompanhamento dos Indicadores do PLS que tem auxiliado os gestores na melhoria da sustentabilidade.

NACIONAIS	-	-	-
(<u>Clique aqui para acessar o relatório</u> <u>de Metas Nacionais - CNJ</u>)	-	-	-
INSTITUCIONAIS	TJMG 31	-	-
(<u>Clique aqui para acessar o relatório</u> <u>de Metas Institucionais</u>)	-	-	-





IE 03 Programa Virtualiza-Jus



Objetivos: O Programa Virtualiza-Jus consiste em um esforço de virtualização dos processos, para tramitação por meio eletrônico, visando a celeridade e modernidade da tramitação processual na segunda instância.



Vinculação Estratégica: Macrodesafio 3 - Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional.





Custo previsto: Sem custo.

CRONOGRAMA DE ACOMPANHAMENTO

ESCOPO / ENTREGAS	ATIVIDADES	STATUS
Virtualização dos feitos recursais cíveis de Primeira	Digitalizar, para tramitação eletrônica, os feitos recursais cíveis de Primeira Instância.	Concluído em 2021.
Instância	Apurar mensalmente o quantitativo/percentual de feitos virtualizados.	Concluído em 2021.

SITUAÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

O resultado alcançado no ano, 82,2%, ficou muito próximo de alcançar a meta estipulada: "digitalizar 90% dos feitos cíveis que aportaram por meio físico na 2ª Instância".

NACIONAIS	CNJ 1	-	-
(<u>Clique aqui para acessar o relatório</u> <u>de Metas Nacionais - CNJ</u>)	CNJ 2	-	-
INSTITUCIONAIS	TJMG 16	-	-
(<u>Clique aqui para acessar o relatório</u> <u>de Metas Institucionais</u>)	-	-	-



IE 04 Programa Agiliza-Jus



Objetivos: O Programa Agiliza-Jus consiste em um esforço para reduzir o estoque processual na segunda instância por meio da modernização dos procedimentos cartorários e judiciais, visando acelerar a prestação jurisdicional na Segunda Instância. No âmbito do Programa Estoque Zero, tem por propósito atuar junto aos Gabinetes na hipótese de se verificar a existência de resíduo processual em excesso ou de identificada tendência de crescimento do estoque processual (Resolução n. 810/2015). Também visa fomentar a cooperação entre os gabinetes, por meio da realização de mutirões de cooperação.

Adicionalmente, o projeto engloba o envio de relatórios gerenciais aos gabinetes e cartórios, contendo os processos contemplados nas metas estabelecidas pelo CNJ, nas metas institucionais e os resultados obtidos no período. E ainda, serão realizadas melhorias na ferramenta Radar ampliando o seu uso e aprimorando a pesquisa na área jurídica e administrativa.



Vinculação Estratégica: Macrodesafio 3 - Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional; Macrodesafio 4 - Enfrentamento à Corrupção e à Improbidade Administrativa; Macrodesafio 6 - Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios.





Custo previsto: Sem custo.

ESCOPO / ENTREGAS	ATIVIDADES	STATUS
Acompanhamento sistemático dos resultados	Apurar, mensalmente, as Metas Nacionais 1, 2, 4, 6, 8 e 12 estabelecidas pelo CNJ aplicáveis à 2ª Instância.	Concluído em 2021.
das metas nacionais e divulgação para os gabinetes	Enviar aos gabinetes dos magistrados e respectivos cartórios os relatórios gerenciais contendo os resultados e o acompanhamento das metas.	Concluído em 2021.
Acompanhamento sistemático dos resultados	Apurar, mensalmente, as metas institucionais estabelecidas pelo Planejamento Estratégico do TJMG: TJMG 5, TJMG 6, TJMG 7, TJMG 29 e TJMG 30.	Concluído em 2021.
das metas institucionais e divulgação para os gabinetes	Enviar aos gabinetes dos magistrados e respectivos cartórios os relatórios gerenciais contendo os resultados e o acompanhamento das metas.	Concluído em 2021.
Modernização e atualização dos procedimentos	Identificar a existência de resíduo processual em excesso ou tendência de crescimento do estoque processual.	Concluído em 2021.
cartorários e judiciais objetivando a não existência de gabinetes com resíduos processuais(Estoque Zero)	Realizar inspeção em secretarias e gabinetes após análise dos relatórios e atuar por meio do Programa Estoque Zero orientando sobre a utilização do Manual de Boas Práticas de Gestão de Gabinetes.	Concluído em 2021.



IE 04 Programa Agiliza-Jus

CRONOGRAMA DE ACOMPANHAMENTO

ESCOPO / ENTREGAS	ATIVIDADES	STATUS
	Identificar o excesso de acervo processual a ser redistribuído aos Cooperadores.	Concluído em 2021.
Cooperação entre gabinetes (mutirões de cooperação) (1)	Acompanhar, junto aos cartórios, a distribuição e a tramitação processual dos feitos distribuídos aos Cooperadores.	Concluído em 2021.
Aprimoramento da	Aprimorar a ferramenta "Radar" para a realização da pesquisa automatizada de prevenção, após especificadas as regras de negócio.	Concluído em 2021.
ferramenta e ampliação do uso do Radar	Aprimorar a ferramenta "Radar" para a realização da pesquisa automatizada de recursos repetitivos, após especificada as regras de negócio.	Concluído em 2021.

SITUAÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

(1) A cooperação entre gabinetes encontra-se em andamento, em cumprimento às determinações da Resolução 945/2021, com o acompanhamento junto aos cartórios dos feitos distribuídos aos Cooperadores.

Teve início no 1º CAFES o projeto-piloto "Desdobramento do Planejamento Estratégico no âmbito da 2º Instância" instituído pela Portaria Conjunta 1.208/2021. Após a constatação da viabilidade do projeto, a 1º Vice-Presidência pretende expandir a iniciativa para os demais cartórios judiciais.

NACIONAIS	CNJ 1	CNJ 4	CNJ 8
(<u>Clique aqui para acessar o relatório</u> <u>de Metas Nacionais - CNJ</u>)	CNJ 2	CNJ 6	CNJ 12
INSTITUCIONAIS	TJMG 5	TJMG 7	TJMG 30
(<u>Clique aqui para acessar o relatório</u> <u>de Metas Institucionais</u>)	TJMG 6	TJMG 29	-



IE 05 Esforço Concentrado para elevar o IPC-JUS do TJMG



Objetivos: Identificar e monitorar os processos que se encontram aptos a serem baixados e/ou julgados e baixados; Identificar, monitorar e impulsionar os processos judiciais paralisados há mais de 100 dias na 1ª instância com o objetivo de promover a sua regularização ou tramitação, e; identificar e monitorar os mandados judiciais em atraso com os Oficiais de Justiça com o objetivo de promover a sua regularização ou tramitação.



Vinculação Estratégica: Macrodesafio 03 — Agilidade e Produtividade na prestação Jurisdicional.



Custo previsto: Sem custo.



ESCOPO / ENTREGAS	ATIVIDADES	STATUS
Julgamento e/ou baixa em	Identificar e disponibilizar lista dos processos.	Concluído em 2021.
processos selecionados nas 13 hipóteses parametrizadas para	Realizar os julgamentos e/ou baixas nos processos selecionados.	Concluído em 2021.
serem baixados	Apurar e consolidar os resultados alcançados.	Concluído em 2021.
Julgamento e/ou baixa em	Identificar e disponibilizar lista dos processos.	Concluído em 2021.
processos selecionados com falecimento do imputado como	Realizar os julgamentos e/ou baixas nos processos selecionados.	Concluído em 2021.
autor do fato	Apurar e consolidar os resultados alcançados.	Concluído em 2021.
Julgamento e/ou baixa em	Identificar e disponibilizar lista dos processos.	Concluído em 2021.
processos selecionados com prescrição da pretensão socioeducativa (Súmula 338 do	Realizar os julgamentos e/ou baixas nos processos selecionados.	Concluído em 2021.
STJ)	Apurar e consolidar os resultados alcançados.	Concluído em 2021.
Julgamento e/ou baixa em	Identificar e disponibilizar lista dos processos.	Concluído em 2021.
processos selecionados com representado ou imputado como autor de ato infracional maior de	Realizar os julgamentos e/ou baixas nos processos selecionados.	Concluído em 2021.
21 anos de idade, limite para aplicação da medida socioeducativa (extinção obrigatória)	Apurar e consolidar os resultados alcançados.	Concluído em 2021.



IE 05 Esforço Concentrado para elevar o IPC-JUS do TJMG

CRONOGRAMA DE ACOMPANHAMENTO

ESCOPO / ENTREGAS	ATIVIDADES	STATUS
Cumprimento de mandados	Identificar e disponibilizar lista dos processos.	Concluído em 2021.
judiciais selecionados como em poder de Oficial de Justiça além	Realizar os julgamentos e/ou baixas nos processos selecionados.	Concluído em 2021.
do prazo legal	Apurar e consolidar os resultados alcançados.	Concluído em 2021.
Impulsionamento de processos	Identificar e disponibilizar lista dos processos.	Concluído em 2021.
selecionados como paralisados há mais de 100 dias, na 1ª	Realizar os julgamentos e/ou baixas nos processos selecionados.	Concluído em 2021.
instância	Apurar e consolidar os resultados alcançados.	Concluído em 2021.

SITUAÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Entre os dias 02/08 e 19/11/21 foi realizado o Esforço Concentrado para Melhorar o IPC-Jus do TJMG em todas as unidades judiciárias da Justiça Comum de primeiro grau, seja identificando e regularizando, de forma prioritária, processos ativos que poderiam ter sido julgados e baixados; seja impulsionando processos paralisados há mais de 100 dias sem motivo legal ou cumprindo mandados judiciais em poder de Oficial de Justiça além do prazo legal.

O IPC-Jus é o índice de produtividade comparada da Justiça, utilizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para medir o nível de eficiência dos tribunais. O número de processos baixados tem peso considerável no cálculo desse índice.

NACIONAIS	CNJ 1	CNJ 5	-
(<u>Clique aqui para acessar o relatório</u> <u>de Metas Nacionais - CNJ</u>)	CNJ 2	CNJ 8	-
INSTITUCIONAIS	TJMG 8	TJMG 10	TJMG 12
(<u>Clique aqui para acessar o relatório</u> <u>de Metas Institucionais</u>)	TJMG 9	TJMG 11	TJMG 13



IE 07

Programa de Fortalecimento e Ampliação da Conciliação e da Mediação no Estado de Minas Gerais



Objetivos: O Programa de Fortalecimento e Ampliação da Conciliação e da Mediação no âmbito do TJMG, coordenado pela 3ª Vice-Presidência, compreende diversas ações e projetos que visam fomentar e ampliar a utilização dos métodos adequados de solução de conflitos, contribuindo para a desjudicialização e promovendo a cultura de paz e o acesso à Justiça.



Vinculação Estratégica: Macrodesafio 02 – Ampliação da relação institucional do Judiciário com a Sociedade; Macrodesafio 05 – Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os conflitos.



Custo previsto: Sem informação.



ESCOPO / ENTREGAS	ATIVIDADES	STATUS
	Implantação do projeto piloto da Conciliação em domicílio na Comarca de Governador Valadares.	Concluído em 2021.
Conciliação em Domicílio	Acompanhamento de dados estatísticos e elaboração de relatório.	Concluído em 2021.
	Estudo para ampliação do projeto piloto em outras comarcas.	Concluído em 2021.
	Elaboração da portaria conjunta para a expansão do projeto.	Concluído em 2021.
CEJUSC Virtual	Apuração dos dados estatísticos envolvendo quantidade de sessões/audiências agendadas, realizadas e número de acordos, separando processual e pré-processual, bem como conciliação e mediação.	Concluído em 2021.
	Publicação da Portaria-Conjunta /PR 1173/2021.	Concluído em 2021.
Mediação Empresarial	Acompanhar a execução do projeto e elaborar relatório de resultados.	Concluído em 2021.
Programa "Destrava Minas –	Levantamento das obras ´públicas paralisadas e encaminhamento dos processos aos CEJUSCs.	Concluído em 2021.
Avante"	Acompanhamento da execução do projeto e elaboração de relatório com os dados estatísticos.	Concluído em 2021.
Programa Destrava 853	Levantamento das obras ´públicas paralisadas e encaminhamento dos processos aos CEJUSCs.	Concluído em 2021.
	Acompanhamento da execução do projeto e elaboração de relatório com os dados estatísticos.	Concluído em 2021.
Mutirão CEJUSC de Segundo Grau	Mutirão Reintegração de Posse no CEJUSC de 2ª Grau.	Concluído em 2021.



IE 07 Programa de Fortalecimento e Ampliação da Conciliação e da Mediação no Estado de Minas Gerais

ESCOPO / ENTREGAS	ATIVIDADES	STATUS
	Mutirão de Fixação de alimentos no CEJUSC de Ipanema.	Concluído em 2021.
	Mutirão de Serviço autônomo de Água e Esgoto-SAAE no CEJUSC de Governador Valadares.	Concluído em 2021.
Mutirões diversos	Mutirão de Conversão de União Estável em Casamento no CEJUSC de Carangola.	Concluído em 2021.
	Mutirão de Conversão de União Estável em Casamento no CEJUSC de Araçuaí.	Concluído em 2021.
	Mutirão de Limpa nome no CEJUSC de Januária.	Concluído em 2021.
	Mutirão na comarca de Prata.	Concluído em 2021.
	Mutirão na comarca de Visconde do Rio Branco.	Concluído em 2021.
Mutirões DPVAT	Mutirão na comarca de Guanhães.	Concluído em 2021.
	Mutirão na comarca de Prata.	Concluído em 2021.
	Mutirão na comarca de Uberaba.	Concluído em 2021.
	Mutirão débito/escrituras na comarca de Vespasiano.	Concluído em 2021.
Mutirões COHAB	Mutirão REURB no município de Nacip Raydan.	Concluído em 2021.
	Mutirão REURB no município de Capitão Andrade.	Concluído em 2021.
Promoção da Capacitação e Aperfeiçoamento dos conciliadores e mediadores	Alinhamento com a EJEF e adoção de ações preparatórias para a realização de 7 cursos de capacitação para mediadores e conciliadores no ano de 2021.	Concluído em 2021.
	Termo de cooperação entre a comarca de Formiga e a prefeitura de Córrego Fundo optante pelo projeto.	Concluído em 2021.
	Termo de cooperação entre a comarca Paraopeba e a prefeitura de Cordisburgo optante pelo projeto.	Concluído em 2021.
Ampliar o Projeto Justiça Itinerante	Termo de cooperação entre a comarca Campo Belo e a prefeitura de Santana do Jacaré optante pelo projeto.	Concluído em 2021.
	Termo de cooperação entre a comarca Além Paraíba e a prefeitura de Volta Grande optante pelo projeto.	Concluído em 2021.
	Termo de cooperação entre a comarca Jaboticatubas e a prefeitura de Santana do Riacho optante pelo projeto.	Concluído em 2021.



Programa de Fortalecimento e Ampliação da Conciliação e **IE 07** da Mediação no Estado de Minas Gerais

ESCOPO / ENTREGAS	ATIVIDADES	STATUS
Ampliar o Projeto Justiça	Termo de cooperação entre a comarca Cristina e a prefeitura de Maria da Fé optante pelo projeto.	Concluído em 2021.
	Termo de cooperação entre a comarca Muriaé e a prefeitura de Laranjal optante pelo projeto.	Concluído em 2021.
Itinerante	Publicar termo de cooperação entre a comarca Muriaé e a prefeitura de Rosário da Limeira optante pelo projeto.	Concluído em 2021.
	Ação CEJUSC Itinerante/Ministério Público.	Concluído em 2021.
	Convênio entre o TJMG, a Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB) e a Federação das Associações Comerciais do Estado de Minas Gerais (Federaminas), para instalação de 26 Postos de Atendimento Pré-Processual (Papres) físicos dentro das entidades.	Concluído em 2021.
	Convênio 038/2021 - Câmara Municipal de Central de Minas.	Concluído em 2021.
	Convênio 041/2021 - Município de São Gonçalo do Pará.	Concluído em 2021.
Instalação de novos PAPREs – Postos de Atendimento Pré-	Convênio 294/2020 - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC.	Concluído em 2021.
	Convênio 098/2021 - Município de São Geraldo da Piedade.	Concluído em 2021.
	Convênio 120/2021 - Fundação Comunitária Educacional e Cultural de Patrocínio - FUNCECP - mantenedora do Centro Universitário do Cerrado - Patrocínio – UNICERP.	Concluído em 2021.
Processuais (1)	Convênio 075/2021 - FUNCESI mantenedora da FADECH.	Concluído em 2021.
	Convênio 134/2021 - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUDESTE DE MINAS GERAIS - Campus Rio Pomba.	Concluído em 2021.
	Convênio 162/2021 - Município de Braúnas.	Concluído em 2021.
	Convênio 179/2021 - Município Espírito Santo do Dourado.	Concluído em 2021.
	Convênio 184/2021 - Município de Itabirinha.	Concluído em 2021.
	Convênio 215/2021 - Município de Serra do Salite.	Concluído em 2021.
	Convênio 234/2021 - ASSUPERO Ensino Superior Ltda. Mantenedora do Centro Universitário do Sudoeste Mineiro – UNICSUM.	Concluído em 2021.
	Convênio 263/2021 - Município de Periquito.	Concluído em 2021.



IE 07 Programa de Fortalecimento e Ampliação da Conciliação e da Mediação no Estado de Minas Gerais

ESCOPO / ENTREGAS	ATIVIDADES	STATUS
	1º Termo Aditivo ao Convênio 111/2021 entre o TJMG, a Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB) e a Federação das Associações Comerciais do Estado de Minas Gerais (Federaminas), para instalação de 1 (um) PAPRE EMPRESARIAL.	Concluído em 2021.
	Convênio 287/2021 - Município de Igaratinga.	Concluído em 2021.
	Convênio 294/2021 - Câmara Municipal de Monsenhor Paulo.	Concluído em 2021.
	Convênio 330/2021 - Município de Piedade do Rio Grande.	Concluído em 2021.
Instalação de novos PAPREs – Postos de Atendimento Pré- Processuais (1)	Convênio 320/2021 — Lael Varella Educação e Cultura Ltda — FAMINAS.	Concluído em 2021.
	Convênio 308/2021 - MPMG, PROCON-MG, FEPDC, Munic BH, PGM.	Concluído em 2021.
	Convênio 341/2021 - Município de Santa Rita de Ibitipoca.	Concluído em 2021.
	Convênio 338/2021 - Faculdade de Tecnologia Alto Médio São Francisco – FACFUNAM.	Concluído em 2021.
	Convênio 340/2021 - Fundação de Ensino e Pesquisa do Sul de Minas FEPESMIG mantenedora do Centro Universitário do Sul de Minas UNIS/MG.	Concluído em 2021.
	Monitoramento dos acordos obtidos no âmbito dos PAPREs.	Concluído em 2021.



Programa de Fortalecimento e Ampliação da Conciliação e **IE 07** da Mediação no Estado de Minas Gerais

ESCOPO / ENTREGA / ATIVIDADES	STATUS
nstalação de CEJUSCs em (2):	
Bom Sucesso	Concluído em 2021
Botelhos	Concluído em 2021
Campos Gerais	Concluído em 2021
São João Evangelista	Concluído em 2021
São Romão	Concluído em 2021
Borda da Mata	Concluído em 2021
Bueno Brandão	Concluído em 2021
Cataguases	Concluído em 2023
Piranga	Concluído em 202:
São João Nepomuceno	Concluído em 202:
Andradas	Concluído em 202:
Carandaí	Concluído em 202:
Monte Santo de Minas	Concluído em 202
Nova Resende	Concluído em 202
Rio Casca	Concluído em 202
Silvianópolis	Concluído em 202
Teixeiras	Concluído em 202:
Bonfinópolis de Minas	Concluído em 202
Jequeri	Concluído em 202
Nova Era	Concluído em 202
Rio Preto	Concluído em 202:
Coração de Jesus	Concluído em 202
Carlos Chagas	Concluído em 202
Estrela do Sul	Concluído em 202
Jaboticatubas	Concluído em 202:
Miraí	Concluído em 2022



IE 07 Programa de Fortalecimento e Ampliação da Conciliação e da Mediação no Estado de Minas Gerais

ESCOPO / ENTREGA / ATIVIDADES	STATUS
nstalação de CEJUSCs em (2):	
Prata	Concluído em 2021
Rio Pardo de Minas	Concluído em 2021
Brazópolis	Concluído em 2021
Senador Firmino	Concluído em 2021
Alvinópolis	Concluído em 2021
Cristina	Concluído em 2021
Porteirinha	Concluído em 2021
Areado	Concluído em 2021
Cambuquira	Concluído em 2021
Ferros	Concluído em 2021
Itamarandiba	Concluído em 2021
Mercês	Concluído em 2021
Alpinópolis	Concluído em 2021
Sabinópolis	Concluído em 2021
Iguatama	Concluído em 2021
Jacutinga	Concluído em 2021
Dores do Indaiá	Concluído em 2021
Bonfim	Concluído em 2021
Buritis	Concluído em 2021
Ouro Branco	Concluído em 2021
São João do Paraíso	Concluído em 2021
Entre Rios de Minas	Concluído em 2021
Guapé	Concluído em 2021
Jacuí	Concluído em 2021
Andrelândia	Concluído em 2021
Luz	Concluído em 2021



IE 07 Programa de Fortalecimento e Ampliação da Conciliação e da Mediação no Estado de Minas Gerais

ESCOPO / ENTREGA / ATIVIDADES	STATUS
Instalação de CEJUSCs em (2):	
Palma	Concluído em 2021.
Paraisópolis	Concluído em 2021.
Ouro Fino	Concluído em 2021.
Bambuí	Concluído em 2021.
Itagua	Concluído em 2021.
Natércia	Concluído em 2021.
Carmo de Minas	Concluído em 2021.
São Roque de Minas	Concluído em 2021.
Pedro Leopoldo	Concluído em 2021.
Boa Esperança	Concluído em 2021.
Eugenópolis	Concluído em 2021.
Manhumirim	Concluído em 2021.
Monte Alegre de Minas	Concluído em 2021.
Itanhandu	Concluído em 2021.
Aiuruoca	Concluído em 2021.
Conceição do Rio Verde	Concluído em 2021.
Rio Piracicaba	Concluído em 2021.
Buenópolis	Concluído em 2021.
Caldas	Concluído em 2021.
Belo Vale	Concluído em 2021.
São João da Ponte	Concluído em 2021.



Programa de Fortalecimento e Ampliação da Conciliação e da Mediação no Estado de Minas Gerais

SITUAÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

- (1) 23 convênios e um termo aditivo assinados, que resultaram na instalação de 49 novos PAPRES, sendo um deles PAPRE empresarial.
- (2) Foram instalados 73 CEJUSCs até dezembro 2021.

NACIONAIS	CNJ 3	-	-
(<u>Clique aqui para acessar o relatório</u> <u>de Metas Nacionais - CNJ</u>)	CNJ 9	-	-
INSTITUCIONAIS	TJMG 2	TJMG 25	-
(<u>Clique aqui para acessar o relatório</u> <u>de Metas Institucionais</u>)	TJMG 24	TJMG 26	-



IE 08 Projeto REURB – Regularização Fundiária Urbana



Objetivos: Proporcionar a implementação e a atuação do Núcleo Interinstitucional Fundiária (NUIREF) na condução de projeto interinstitucional destinado ao planejamento e à execução de ações referentes à temática da regularização fundiária.



Vinculação Estratégica: Macrodesafio 02 – Ampliação da relação institucional do Judiciário com a Sociedade.



Custo previsto: Sem informação.



CRONOGRAMA DE ACOMPANHAMENTO

ESCOPO / ENTREGA / ATIVIDADES	STATUS
Estudo para implantação do Núcleo Interinstitucional de Regularização Fundiária (NUIREF).	Concluído em 2021.
Publicação do Termo de Cooperação que disporá sobre a estrutura do Núcleo Interinstitucional de Regulação Fundiária (NUIREF).	Concluído em 2021.
Auxilio e/ou apoio à implantação de procedimentos de REURB.	Concluído em 2021.

SITUAÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

NACIONAIS	-	1	-
(<u>Clique aqui para acessar o relatório</u> <u>de Metas Nacionais - CNJ</u>)	-	1	-
INSTITUCIONAIS	TJMG 3	-	-
(<u>Clique aqui para acessar o relatório</u> <u>de Metas Institucionais</u>)	-	-	-



IE 09 Projeto Execução Fiscal Eficiente.



Objetivos: Reduzir a distribuição de novos processos de execução fiscal, mediante atuação eficiente na fase pré-processual; reduzir o acervo dos processos de execução fiscal já em tramitação nas comarcas do Estado de Minas Gerais e promover a divulgação do projeto para fins de expandir as ações e alcançar os objetivos pretendidos.



Vinculação Estratégica: Macrodesafio 3 - Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional.



Custo previsto: Sem custo.



CRONOGRAMA DE ACOMPANHAMENTO

ESCOPO / ENTREGAS	ATIVIDADES	STATUS
Celebração de protocolos de intenções	Execução - divulgação do projeto para novas adesões.	Concluído em 2021.

SITUAÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

02 protocolos celebrados:

- Município de Itapeva em junho de 2021;
- Município de Caxambu em novembro de 2021.

Encontram-se em andamento as tratativas para a celebração de novos protocolos.

O projeto abrange, atualmente, 100 municípios conveniados.

NACIONAIS (<u>Clique aqui para acessar o relatório</u> <u>de Metas Nacionais - CNJ</u>)	-	-	-
	-	-	-
INSTITUCIONAIS	TJMG 13	-	-
(<u>Clique aqui para acessar o relatório</u> <u>de Metas Institucionais</u>)	TJMG 14	-	-



IE 12 Portfólio de Projetos e Ações da Justiça Especial



Objetivos: Desenvolver projetos e ações no âmbito do Conselho de Supervisão e Gestão dos Juizados Especiais de forma a promover o aperfeiçoamento na prestação jurisdicional, proporcionando à sociedade serviço célere, eficiente e com elevado padrão de qualidade.



Vinculação Estratégica: Macrodesafio 03 — Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional; Macrodesafio 05 — Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os conflitos.





Custo previsto: Sem informação.

ESCOPO/ ENTREGAS / ATIVIDADES	STATUS
Acompanhamento dos resultados da Turma Recursal Temporária de Governador Valadares, em funcionamento em Caratinga.	Concluído em 2021.
Acompanhamento dos resultados da Turma Recursal Temporária em Belo Horizonte.	Concluído em 2021.
Participação na Semana Nacional da Conciliação, em parceria com a Terceira Vice-Presidência.	Concluído em 2021.
Promoção, em conjunto com a EJEF, de Curso de capacitação de Conciliadores (1).	Concluído em 2021.
Promoção, em conjunto com a EJEF, de Curso de capacitação de Atermadores (2).	Concluído em 2021.
Celebração de novos convênios e acompanhamento dos resultados do Suporte para Atendimento Direto ao Cidadão – SADI.	Concluído em 2021.
Promoção da utilização da Plataforma consumidor.gov.	Concluído em 2021.
Trâmites para a efetivação da instalação dos Posto de Atermação dos Juizados Especiais nas dependências do Procon Assembleia.	Concluído em 2021.
Disponibilização da colaboração de Juízes leigos aos magistrados do Estado, das áreas de competência daquele profissional (3) .	Concluído em 2021.
Fomento à utilização da ferramenta Pré-Atermação Online pelos Juizados Especiais do Estado (4).	Concluído em 2021.
Disponibilização, aos membros de Turmas Recursais e Juizados Especiais, de vagas estagiários de graduação, quando preenchidos os requisitos (5).	Concluído em 2021.
Acompanhamento dos trabalhos referente ao Projeto de concessão de 01 (um) auxiliar administrativo para cada membro de Turma Recursal do Estado (6).	Concluído em 2021.



IE 12 Portfólio de Projetos e Ações da Justiça Especial

CRONOGRAMA DE ACOMPANHAMENTO

ESCOPO / ENTREGAS	ATIVIDADES	STATUS
	Realizar tratativas para integração do CEJUSC com os Juizados Especiais.	Em andamento, previsto para 2022.
Grupo de Trabalho visando realizar estudos para melhorias nos Juizados Especiais	Interação dos sistemas informatizados judiciais para que se permita o encaminhamento de processos dos Jesp's para os Cejusc's.	Não iniciado, replanejado para 2022.
	Encaminhamento, em 2021, de processos dos Jesp's para os Cejusc's.	Não iniciado, replanejado para 2022.

SITUAÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

- (1) Foram disponibilizadas 4 (quatro) turmas e concedidas 288 vagas para os Juizados Especiais do Estado.
- (2) Foram disponibilizadas 2 (duas) turmas, com vagas ilimitadas, tendo um total de 680 participantes inscritos (472 aprovados e 208 reprovados).
- (3) 127 (cento e vinte e sete) Juízes leigos atuando em dezembro de 2021.
- (4) 296 comarcas aderiram a utilização da ferramenta Pré-Atermação Online.
- (5) Foram autorizadas, no ano de 2021, 31 (trinta e uma) vagas de estagiários de graduação para Turmas Recursais.
- **(6)** Autorizada a disponibilização de 01 assistente administrativo para cada turma recursal do estado que ainda não conta com este colaborador

NACIONAIS (<u>Clique aqui para acessar o relatório</u> <u>de Metas Nacionais - CNJ</u>)	CNJ 1	CNJ 3	CNJ 12
	CNJ 2	CNJ 5	-
INSTITUCIONAIS (Clique aqui para acessar o relatório de Metas Institucionais)	-	-	-
	-	-	-



Fortalecimento e implementação de políticas públicas de **IE 13** enfrentamento à violência doméstica e familiar



Objetivos: Atuar, propor e desenvolver ações para prevenir, punir e erradicar a violência doméstica contra a mulher e, ainda, auxiliar os magistrados no cumprimento da meta 8 do CNJ.



Vinculação Estratégica: Macrodesafio 03 - Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional.



Custo previsto: Sem informação.





ESCOPO / ENTREGAS	ATIVIDADES	STATUS
Articulação das redes de	Lançamento do Programa Justiça em Rede.	Concluído em 2021.
atendimento/ enfrentamento à violência doméstica e familiar (Justiça em Rede) (1)	Assinatura e publicação do protocolo Justiça em Rede.	Concluído em 2021.
Promoção do mutirão de julgamentos de processos de violência doméstica e feminicídio	Consolidação do número de processos em parceria com o Programa Pontualidade .	Concluído em 2021.
	Lançamento do "Selo Mulheres Libertas".	Concluído em 2021.
Instituição e lançamento do selo	Julgamento das inscrições para o Selo Mulheres Libertas.	Concluído em 2021.
de boas práticas	Entrega do Troféu do Selo Mulheres Libertas aos contemplados.	Concluído em 2021.
Acordo de Cooperação Técnica com Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos para promover o compartilhamento de dados, informações e conhecimentos decorrentes da Central de Monitoramento de Prevenção à violência doméstica e familiar no Estado de Minas Gerais	Atuação em conjunto nos atendimentos de famílias em contexto de violência doméstica e familiar, selecionados a partir das informações e protocolos previstos na Instrução nº 3.03.15/2020, do Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais com o TJMG.	Concluído em 2021.
17ª Campanha Justiça pela Paz em Casa	Realizar a 17ª Campanha Justiça pela Paz em Casa.	Concluído em 2021.
18ª Campanha Justiça pela Paz em Casa	Realizar a 18ª Campanha Justiça pela Paz em Casa.	Concluído em 2021.
19ª Campanha Justiça pela Paz em Casa	Realizar a 19ª Campanha Justiça pela Paz em Casa.	Concluído em 2021.



IE 13 Fortalecimento e implementação de políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica e familiar

CRONOGRAMA DE ACOMPANHAMENTO

ESCOPO / ENTREGAS	ATIVIDADES	STATUS
Capacitação de magistrados e servidores na temática de violência doméstica	Realizar capacitação em parceria com a EJEF.	Concluído em 2021.
Diagnóstico do atendimento à	Analisar os dados obtidos por meio do formulário para programar a atuação da COMSIV em Minas Gerais .	Concluído em 2021.
mulher em situação de violência doméstica e familiar	Divulgação e compartilhamento dos dados em parceria com a LAPIDAR/TJMG.	Concluído em 2021.
Convênio com a Associação Brasileira de Bares e restaurantes (ABRASEL)	Assinatura do convênio e entrega dos materiais de divulgação relacionados ao enfrentamento à violência doméstica e familiar. (vigência até 2022).	Concluído em 2021.

SITUAÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

(1) Justiça em Rede Contra a Violência Doméstica e Familiar

O programa Justiça em Rede Contra a Violência Doméstica e Familiar, envolve o fomento de parcerias entre entidades governamentais e não governamentais nas áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação para efetivação de programas de prevenção e combate a todas as formas de violência contra a mulher.

A COMSIV realizou, em fevereiro de 2022, *lives* que tratam sobre diversos assuntos no tocante a violência doméstica e familiar.

NACIONAIS	CNJ 8	-	-
(<u>Clique aqui para acessar o relatório</u> <u>de Metas Nacionais - CNJ</u>)	-	-	-
INSTITUCIONAIS (Clique aqui para acessar o relatório de Metas Institucionais)	-	-	-
	-	-	-



IE 15 Programa de Gestão de Pessoas por competências



Objetivos: Destacar a importância estratégica para a Instituição do Programa Gestão de Pessoas por Competências, em especial após a elaboração do Plano Político Pedagógico e do Plano Educacional, por meio da implantação de novos instrumentos de seleção, capacitação, formação e desenvolvimento, avaliação de desempenho e sucessão gerencial com vistas à melhoria da gestão de pessoas no Tribunal.



Vinculação Estratégica: Macrodesafio 10 – Otimização da Gestão de Pessoas.





Custo previsto: Sem custo.

ESCOPO / ENTREGAS	ATIVIDADES	STATUS
Correção do Sistema de Avaliações de Desempenho por Competências (1)	Testes das funcionalidades criadas e homologação do sistema.	Concluído em 2021.
Reformulação do plano educacional da EJEF para capacitação por competências.	Validação do Ped 2021-2026 contendo o projeto de Desenvolvimento Institucional - PDI, necessário para o credenciamento da EJEF como Escola de Governo.	Concluído em 2021.
	Geração de relatório QVT a partir das Avaliações de Desempenho por Competências (3).	Concluído em 2021.
	Elaboração, validação da triagem pela COADE.	Concluído em 2021.
Análise dos dados das	Complementação do estudo pela COMOV.	Concluído em 2021.
dimensões de QVT (2)	Análise e validação pela GEDAC.	Concluído em 2021.
	Elaboração de Relatórios específicos (por área do Tribunal) a partir de estudo geral. Encaminhamento dos relatórios às áreas interessadas.	Concluído em 2021.
Reestruturação da EJEF para a educação formal por competências	Credenciamento da EJEF como Escola de Governo.	Concluído em 2021.



IE 15 Programa de Gestão de Pessoas por Competências

SITUAÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

- (1) Em 2021, foram realizadas correções e criadas novas funcionalidades no Sistema de Avaliações de Desempenho por Competências.
- (2) Foram desenvolvidos estudos sobre as dimensões sobre a Qualidade de Vida no Trabalho QVT no âmbito do TJMG, permitindo um diagnóstico das condições materiais de trabalho, da organização do trabalho, das dimensões organizacionais, do perfil profissional e de aspectos da saúde dos servidores.
- (3) Pelo segundo ano consecutivo, verificou-se um baixo número de respostas ao formulário. A EJEF tem promovido campanhas para estimular o preenchimento. Entende-se necessário que haja um acompanhamento sistemático, pela Presidência, dos resultados e das melhorias implementadas pelas áreas. Todas as Diretorias Executivas receberam o relatório.

NACIONAIS	-	-	-
(<u>Clique aqui para acessar o relatório</u> <u>de Metas Nacionais - CNJ</u>)	1	-	-
INSTITUCIONAIS	TJMG 49	-	-
(<u>Clique aqui para acessar o relatório</u> <u>de Metas Institucionais</u>)	-	-	-



IE 16 Programa de aprimoramento da arrecadação das receitas e da gestão dos depósitos judicias



Objetivos: Implantar o Sistema de Depósitos Judiciais (SIDEJUD), favorecendo a gestão e o controle dos recursos depósitos judiciais; implantar o novo sistema de arrecadação de receitas do TJMG para aumentar a eficiência na gestão de receitas e possibilitar registros contábeis mais fidedignos e consistentes, e; implantar a Gestão de Créditos do TJMG, visando a redução da evasão de receitas e o consequente aumento da arrecadação.



Vinculação Estratégica: Macrodesafio 11 - Modernização da gestão orçamentária e financeira.

ODS

16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Custo previsto: Sem custo.

ESCOPO / ENTREGAS	ATIVIDADES	STATUS
	Definir fluxos com áreas internas e órgãos externos.	Concluído em 2021.
	Elaboração do documento de visão de negócio (1).	Em andamento, previsto para 2022.
Gestão de Créditos	Validar o documento de visão de negócio (Presidência, Corregedoria e 2º Vice).	Não iniciado, previsto para 2022.
	Elaborar Minuta de Regulamentação, por meio de Portaria Conjunta.	Não iniciado, previsto para 2022.
	Elaboração do documento de visão de negócio.	Concluído em 2021.
Novo Sistema de Arrecadação	Realizar estudos técnicos preliminares e definição da estratégia de atendimento da solução (Resolução CNJ nº 182, de 17/10/2013).	Não iniciado.
	Elaboração de estudo sobre o melhor modelo de serviços para o TJMG (2)	Concluído em 2021.
	Planejar ações de acordo com estratégia definida para a implementação do sistema (3).	Não iniciado.
	Elaborar documento visão do SIDEJUD e fluxos de negócio.	Concluído em 2020.
	Elaboração da Minutas de Regulamentação do SIDEJUD (1ª Fase).	Concluído em 2021.
SIDEJUD	Elaboração do Termo de Referência para contratação de instituição bancária (1ª Fase).	Concluído em 2021.
	Desenvolvimento "Login e Perfis Internos" - Módulo Gestão de Segurança e Acesso.	Concluído em 2021.
	Desenvolvimento "Controle de Acesso" - Gestão de Segurança e Acesso.	Em andamento, replanejado para 2022.

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2021



Programa de aprimoramento da arrecadação das receitas e da gestão dos depósitos judicias

CRONOGRAMA DE ACOMPANHAMENTO

ESCOPO / ENTREGAS	ATIVIDADES	STATUS
	Desenvolvimento "Expedição do Alvará" - Gestão Secretaria do Juízo.	Em andamento., replanejado para 2022.
SIDEJUD	Planejamento do desenvolvimento de pacotes de ação subsequentes: Penas Pecuniárias, Fiança Crime, Acesso Web (Consulta externa), Relatórios Gerenciais, Manual e Documentação, Piloto (4) .	Não iniciado.
	Planejamento do desenvolvimento de pacotes de ação subsequentes: Controle Financeiro de Precatório e Migração do Legado, Transação Bancária - Recebimento e Pagamento; Integração Sisbajud – Estudos, Gestão Financeira de Subcontas – Retenção do IR, Gestão Financeira de Subcontas - Cotas (Remuneração), Destinação Entes (LC 151/2015 e Leis Estaduais) (4).	Em andamento.

SITUAÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

(1) Gestão de Créditos

O Documento de Visão de Negócio da Gestão do Crédito tem por objetivo possibilitar um nivelamento, entre todos os envolvidos no processo, sobre o que é o crédito devido ao Tribunal, suas origens, quais são as atribuições da AGE e da SEF, e demais assuntos pertinentes.

(2) Novo Sistema de Arrecadação

Em relação ao melhor modelo de serviço para o TJMG, o estudo elaborado pela DIRFIN apontou para o modelo de arrecadação como superior ao modelo de cobrança registrada, anteriormente implementada no TJMG. Dentre as vantagens da arrecadação, podem ser citadas: o custo é definido pelo TJMG e não pelo mercado; maior segurança, devido ao código único e específico a ser gerado pela Febraban para o TJMG; a substituição de modelo de contratação das instituições bancárias (de licitação para credenciamento) junto ao TJMG, permitindo maior capilaridade, abrangência e opções dos serviços prestados; a redução de custos para o TJMG, entre outros.

(3) Novas atividades serão inseridas neste cronograma a partir do momento em que for possível definir as previsões de execução, a saber: Publicação da Regulamentação; Contratação da instituição bancária; Adequação da estrutura da Diretoria Executiva de Finanças e Execução Orçamentária (DIRFIN).

SIDEJUD

A decisão pela adesão do TJMG à plataforma da PDPJ do CNJ implicou a necessidade de revisão da arquitetura do SIDEJUD, bem como na reimplementação dessa funcionalidade no SIDEJUD para seguir o padrão CNJ.



IE 16 Programa de aprimoramento da arrecadação das receitas e da gestão dos depósitos judicias

SIDEJUD

(4) Após a implantação dos pacotes de ações, novas atividades serão inseridas neste cronograma, a saber: Implantação do SIDEJUD; Publicação da Regulamentação; Elaboração do Termo de Referência para contratação de instituição bancária - 2a Fase; Contratação de instituição bancária; Adequação da estrutura da DIRFIN.

NACIONAIS (<u>Clique aqui para acessar o relatório</u> <u>de Metas Nacionais - CNJ</u>)	-	-	-
	-	-	-
INSTITUCIONAIS	TJMG 52	-	-
(<u>Clique aqui para acessar o relatório</u> <u>de Metas Institucionais</u>)	-	-	-



IE 17 Aprimoramento da Atividade Disciplinar



Objetivos: Implementar ações para que seja realizada a baixada de uma quantidade maior de procedimentos disciplinares do que os distribuídos no ano de 2021, bem como para que os procedimentos disciplinares sejam julgados em até 140 dias da data da distribuição, conforme diretriz estratégica fixada pelo CNJ.



Vinculação Estratégica: Macrodesafio 04 — Enfrentamento à Corrupção e à Improbidade Administrativa.





Custo previsto: Sem custo.

CRONOGRAMA DE ACOMPANHAMENTO

ESCOPO / ENTREGAS	ATIVIDADES	STATUS
Baixa de mais procedimentos	Criar e monitorar controle de procedimentos disciplinares distribuídos e em tramitação.	Concluído em 2021.
disciplinares do que os distribuídos, julgando-os em até 140 dias da data da distribuição	Priorizar e regularizar a tramitação com o devido julgamento e/ou baixa de eventuais procedimentos identificados com atraso.	Concluído em 2021.
	Apurar e consolidar os resultados alcançados.	Concluído em 2021.

SITUAÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Mensalmente, é realizado o monitoramento dos prazos de procedimentos disciplinares em andamento e, identificado atraso, solicitado providências às Comissões responsáveis, no sentido de priorizar e regularizar a tramitação com o devido julgamento e/ou baixa dos procedimentos com atraso.

NACIONAIS	-	-	-
(<u>Clique aqui para acessar o relatório</u> <u>de Metas Nacionais - CNJ</u>)	-	-	-
INSTITUCIONAIS	TJMG 21	-	-
(<u>Clique aqui para acessar o relatório</u> <u>de Metas Institucionais</u>)	TJMG 22	-	-



IE 21 Plano de estruturação organizacional para a produtividade na prestação jurisdicional



Objetivos: Instalação de varas, alteração de competência de varas, instalação de unidades jurisdicionais do Sistema dos Juizados Especiais, instalação de cargo de Juiz de Direito em unidade jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais, aproveitamento do cargo de Juiz de Direito Auxiliar Especial em varas ou unidades do Sistema dos Juizados Especiais, instalação de Câmaras. Instalação e alteração de Serventias Extrajudiciais nas Comarcas de Belo Horizonte e Patos de Minas, especificação novas linhas divisórias, correspondentes às circunscrições geográficas dos Ofícios de Registro de Imóveis.



Vinculação Estratégica: Macrodesafio 3 - Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional.





Custo previsto: Sem informação.

ESCOPO / ENTREGAS	ATIVIDADES	STATUS
Estudo técnico Preliminar para elaboração do Plano de estruturação organizacional para a produtividade na prestação jurisdicional	Enumerar demandas e necessidades de instalação de novas unidades jurisdicionais e alteração de competências. Apurar dados estatísticos referenciais. Reunir informações de diversas áreas para determinar a viabilidade de instalação ou alteração de competência de unidades jurisdicionais da Justiça Comum e da Justiça Especial.	Concluído em 2021.
Elaboração e aprovação do Plano de estruturação organizacional para a produtividade na prestação jurisdicional	Examinar os referenciais apontados no estudo preliminar. Determinar as prioridades de estrutura. Aprovar o Plano de estruturação organizacional para a produtividade na prestação jurisdicional.	Em andamento, replanejado para 2022.
Criação e extinção de cargos do Quadro de Pessoal dos Servidores do Poder Judiciário (1)	Promover a edição de Lei Estadual que cria e extingue cargos do Quadro de Pessoal dos Servidores do Poder Judiciário.	Concluído em 2021.
Definição dos órgãos competentes para o processamento das cartas precatórias relativas à infância e juventude em todas as comarcas do interior do Estado de Minas Gerais (2)	Publicar Resolução do Órgão Especial definindo os órgãos competentes para o processamento das cartas precatórias relativas a infância e juventude nas comarcas da justiça comum de Primeira Instância do interior do Estado de Minas Gerais.	Concluído em 2021.
Alteração de denominação e competência de vara da Comarca de Pirapora (3)	Publicar resolução do Órgão Especial alterando a denominação e a competência de Varas Cíveis da Comarca de Pirapora.	Concluído em 2021.



IE 21 Plano de estruturação organizacional para a produtividade na prestação jurisdicional

ESCOPO / ENTREGAS	ATIVIDADES	STATUS
Definição dos órgãos competentes para o processamento das cartas precatórias relativas à infância e juventude na Comarca de Belo Horizonte (4)	Publicar Resolução do Órgão Especial definindo os órgãos competentes para o processamento das cartas precatórias relativas a infância e juventude na Comarca de Belo Horizonte.	Concluído em 2021.
Redistribuição de acervo processual para as Varas Criminais na Comarca de	Submeter à Comissão de Organização e Divisão Judiciárias Resolução que determina a redistribuição de acervo processual para as Varas Criminais na Comarca de Uberlândia.	Concluído em 2021.
Uberlândia	Publicar resolução do Órgão Especial que determina a redistribuição de acervo processual para as Varas Criminais na Comarca de Uberlândia.	Em andamento.
Criação de Turma Recursal na Comarca de Manhuaçu	Publicar resolução do Órgão Especial criando Turma Recursal na Comarca de Manhuaçu.	Paralisado.
Alteração de competência de	Submeter à Comissão de Organização e Divisão Judiciárias a alteração de competência de Vara Cível da Comarca de Muriaé, para criação de Unidade Jurisdicional da Fazenda Pública.	Concluído em 2021.
Varas da Comarca de Muriaé	Publicar resolução do Órgão Especial alterando a competência de Varas Cíveis da Comarca de Muriaé.	Em andamento, replanejado para 2022.
Alteração de competência de Vara da Comarca de Ituiutaba	Publicar resolução do Órgão Especial alterando a competência de Varas Cíveis da Comarca de Ituiutaba.	Atrasado.
Instalação de Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e do 5º Cargo de Juiz de Direito na 1ª Unidade Jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais na Comarca de Juiz de Fora	Publicar resolução do Órgão Especial instalando Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher na Comarca de Juiz de Fora.	Em andamento, replanejado para 2022.
Desdobro de Serventias Extrajudiciais do Ofício de Registro de Imóveis na Comarca de Belo Horizonte (5)	Publicar Resolução do Órgão Especial que "Dispõe sobre a instalação de serventias extrajudiciais no Município e Comarca de Belo Horizonte e especifica novas linhas divisórias nas Zonas "C", "F" e "G", correspondentes às circunscrições geográficas dos 2º, 6º e 7º Ofícios do Registro de Imóveis da Comarca de Belo Horizonte, e dá outras providências."	Concluído em 2021.



IE 21 Plano de estruturação organizacional para a produtividade na prestação jurisdicional

ESCOPO / ENTREGAS	ATIVIDADES	STATUS
Desdobro de Serventias Extrajudiciais do Ofício de Registro de Imóveis na Comarca de Patos de Minas (6)	Publicar Resolução do Órgão Especial instalando e alterando a denominação de serventias extrajudiciais na Comarca de Patos de Minas e especifica novas linhas divisórias, correspondentes às circunscrições geográficas dos Municípios de Patos de Minas, Lagoa Formosa, São Gonçalo do Abaeté e Varjão de Minas.	Concluído em 2021.
Instalação de Câmaras no Tribunal de Justiça (7)	Publicar Resolução do Órgão Especial instalando a Vigésima Primeira Câmara Cível e a Nona Câmara Criminal e especializando as 4ª, 8ª e 16ª Câmaras do Tribunal de Justiça.	Concluído em 2021.
Instalar Cargos de Assessor de Juiz e de Funções de Confiança	Promover estudos para que dispõe sobre a lotação e o provimento dos cargos de Assessor de Juiz e de Funções de Confiança do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário edição de resolução.	Concluído em 2021.
nas Comarcas do Estado de Minas Gerais	Publicar resolução que dispõe sobre lotação e provimento de cargos de Assessor de Juiz e de Funções de Confiança.	Em andamento, replanejado para 2022.
Elaboração de Projeto de Lei Complementar que altera a Lei Complementar nº 59, de 2001, que dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Minas Gerais (Serviços notariais e de registro) (8)	Submeter a minuta de Projeto de Lei Complementar à aprovação da Comissão de Organização e Divisão Judiciárias e aprovação final pelo Órgão Especial.	Concluído em 2021.
Elaboração de Projeto de Lei Complementar que altera a Lei Complementar nº 59, de 2001, que dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Minas Gerais (Política de priorização da 1ª Instância) (9)	Submeter a minuta de Projeto de Lei Complementar à aprovação da Comissão de Organização e Divisão Judiciárias e aprovação final pelo Órgão Especial.	Concluído em 2021.

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2021



Plano de estruturação organizacional para a produtividade na prestação jurisdicional

SITUAÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Dentre as consecuções do plano podemos destacar:

- (1) Publicada a Lei Estadual nº 23.828, de 2021, que cria e extingue cargos do Quadro de Pessoal dos Servidores do Poder Judiciário.
- (2) Publicada a Resolução 959, de 2021, que define os órgãos competentes para o processamento das cartas precatórias relativas à infância e juventude em todas as comarcas do interior do Estado de Minas Gerais.
- (3) Publicada a Resolução nº 968, de 2021, que altera a denominação e competência de vara da Comarca de Pirapora.
- (4) Publicada a Resolução 960, de 2021, que define os órgãos competentes para o processamento das cartas precatórias relativas à infância e juventude na Comarca de Belo Horizonte.
- **(5)** Publicada a **Resolução nº 976, de 2021,** que promove o desdobro de Serventias Extrajudiciais do Ofício de Registro de Imóveis na Comarca de **Belo Horizonte.**
- **(6)** Publicada a **Resolução nº 975, de 2021,** que promove o desdobro de Serventias Extrajudiciais do Ofício de Registro de Imóveis na Comarca de **Patos de Minas.**
- (7) Publicada a **Resolução 977, de 2021,** que determina a instalação da Vigésima Primeira Câmara Cível e da Nona Câmara Criminal, a especialização de Câmaras no Tribunal de Justiça e dá outras providências.
- **(8)** Elaborado e aprovado pelo Órgão Especial na Sessão de Julgamento de 29/09/21, por unanimidade, o Projeto de Lei Complementar que altera a Lei Complementar nº 59, de 2001, que dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Minas Gerais. **(Serviços notariais e de registro).**



Plano de estruturação organizacional para a produtividade na prestação jurisdicional.

SITUAÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

(9) Elaborado e encaminhado para aprovação pelo Órgão Especial na Sessão de Julgamento de 01/12/2021, o Projeto de Lei que altera a Lei Complementar nº 59, de 2001, que dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Minas Gerais. (Política de priorização da 1ª Instância).

NACIONAIS	-	-	-
(<u>Clique aqui para acessar o relatório</u> <u>de Metas Nacionais - CNJ</u>)	-	-	-
INSTITUCIONAIS	TJMG 17	-	-
(<u>Clique aqui para acessar o relatório</u> <u>de Metas Institucionais</u>)	-	-	-



IE 22 Programa de Evolução de Demandas do SEI-PED



Objetivos: Implantar novas soluções para o aprimoramento de demandas e processos de trabalho que tramitam por meio do sistema eletrônico de informações – SEI, utilizando novos módulos do sistema ou ações de boas práticas que contribuirão para a automação, padronização de processos e a evolução no uso da ferramenta.



Vinculação Estratégica: Macrodesafio 9 - Aprimoramento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.





Custo previsto: Sem custo.

ESCOPO / ENTREGAS	ATIVIDADES	STATUS
Expansão do Canal - Fale com o	Promover o desenvolvimento da solução.	Concluído em 2021.
TJMG	Implantar a solução.	Concluído em 2021.
Implantação do verção CEL 4.0.(1)	Disponibilizar versão em homologação.	Concluído em 2021.
Implantação da versão SEI 4.0 (1)	Implantar versão SEI 4.0.	Concluído em 2021.
Expansão do módulo RH	Parametrizar o sistema .	Concluído em 2021.
Expansao do inodulo kn	Liberar o acesso ao módulo.	Concluído em 2021.
Superior de FDOTA none interior (2)	Prover treinamentos instrução e publicação normativa.	Concluído em 2021.
Expansão do FROTA para interior (2)	Realizar a implantação e elaborar o cronograma de expansão.	Em andamento, replanejado para 2022.
Implantação do módulo de Consulta de Precedentes	Promover apresentação institucional e definição de critérios.	Concluído em 2021.
de Precedentes	Implantar o módulo.	Concluído em 2021.
Integração SEI com QLIK SENSE (3)	Construir e validar os painéis de acompanhamento de acordo com os processos de trabalho mapeados.	Concluído em 2021.
	Implantar solução de integração.	Em andamento replanejado para 2022.
	Fazer alinhamento da cessão com o TRF4.	Concluído em 2021.
Módulo de Gestão de Estratégica (4)	Implantar módulo.	Não iniciado, replanejado para 2022.
CEJUSC Virtual (5)	Implantar solução para CEJUSC Virtual.	Paralisado.
Monitoramento de segurança (6)	Implantar o monitoramento de segurança.	Paralisado.



IE 22 Programa de Evolução de Demandas do SEI-PED

SITUAÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

- (1) Implantada a versão SEI 4.0 que trouxe atualizações na identidade visual do sistema bem como novas funcionalidades, elementos que impactam na sua navegação e, principalmente, inovações que auxiliam na gestão interna das unidades.
- (2) A expansão do Módulo FROTA para o interior de Minas foi replanejada para 2022 porque será elaborado novo plano de expansão para aprovação da Alta Administração com consequente publicação de portaria.
- (3) O projeto de integração do SEI com QLIK SENSE teve sua conclusão replanejada para 2022 porque será necessário o desenvolvimento de indicadores para prosseguimento do projeto.
- **(4)** A implantação do Módulo de Gestão de Estratégica foi replanejada para 2022 porque ainda aguardamos a concessão do referido módulo para, então, realizarmos as tratativas necessárias à efetiva implementação, tais como: estudo prático, validação institucional, treinamento e publicação de normativo.
- (5) O projeto foi paralisado por determinação da área demandante.
- **(6)** O Módulo de Monitoramento de Segurança foi paralisado à pedido do Gabinete de Segurança Institucional GSI devido à necessidade da área de negócio pesquisar e avaliar outros sistemas para monitoramento da segurança.

NACIONAIS	-	-	-
(<u>Clique aqui para acessar o relatório</u> <u>de Metas Nacionais - CNJ</u>)	-	-	-
INSTITUCIONAIS	TJMG 44	-	-
(<u>Clique aqui para acessar o relatório</u> <u>de Metas Institucionais</u>)	-	-	-



Implantação do Processo Judicial Eletrônico nas unidades IE 23 jurisdicionais de 1ª Instância com competência criminal – PJe Criminal



Objetivos: Informatizar a tramitação processual, substituindo o Siscom e os autos físicos pelo processo eletrônico no Sistema PJe.



Vinculação Estratégica: Macrodesafio 03 – Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional; Macrodesafio 12 – Fortalecimento da Estratégia de Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC e de Proteção de Dados.





Custo previsto: Sem informação.

CRONOGRAMA DE ACOMPANHAMENTO

ESCOPO / ENTREGAS	ATIVIDADES	STATUS
Implantação do Sistema Pje em 100% das unidades jurisdicionais de 1ª Instância que	Certificação digital.	Concluído em 2021.
possuem as seguintes competências criminais: a) Crime Comum; b) Crime de Tóxicos; c) Organização Criminosa e Lavagem de Bens e Valores; d) Crime Legislação Esparsa Residual (exceto Júri/ Eca/Violência Doméstica); e) Crime Estatuto do Idoso; f) Crime de Trânsito; g) Jesp Crime; h) Jesp Grandes Eventos Criminais; i) Turma Recursal Criminal	Capacitação dos usuários.	Concluído em 2021.
	Divulgação da entrada em produção.	Concluído em 2021.
	Entrada em produção.	Concluído em 2021.

SITUAÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Ainda em 2021 foi concluída a expansão do Pje para as competências: Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, Crimes contra Crianças e Adolescentes, Tribunal do Júri (exceto na Capital) e Cartas Precatórias Criminais.

O Pje Criminal chegou a todo o Estado de Minas Gerais. Ao todo, 527 unidades judiciárias com competência criminal tiveram o PJE implantado em 2021.

NACIONAIS	CNJ 1	CNJ 8	-
(<u>Clique aqui para acessar o relatório</u> <u>de Metas Nacionais - CNJ</u>)	CNJ 2	CNJ 11	-
INSTITUCIONAIS	TJMG 53	-	-
(<u>Clique aqui para acessar o relatório</u> de Metas Institucionais)	_	_	-



IE 24

Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação



Objetivos: Promover a melhoria da governança, da gestão e da infraestrutura de TIC no âmbito do TJMG.



Vinculação Estratégica: Macrodesafio 12 - Fortalecimento da Estratégia de Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC e de Proteção de Dados.





Custo previsto: Sem custo.

CRONOGRAMA DE ACOMPANHAMENTO

ESCOPO / ENTREGAS	ATIVIDADES	STATUS
Plano de Trabalho para atendimento aos critérios estabelecidos na Resolução CNJ nº	Elaborar Plano de Trabalho em conjunto com as áreas envolvidas da DIRFOR, conforme modelo enviado pelo CNJ.	Concluído em 2021.
370/2021, que estabelece a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD).	Aprovar e Enviar do Plano de Trabalho ao CNJ.	Concluído em 2021.
Plano Diretor de Tecnologia da	Elaborar PDTIC 2021-2022 TJMG.	Concluído em 2021.
Informação e Comunicação (PDTIC)	Aprovar e Enviar do PDTIC ao CNJ.	Concluído em 2021.
	Elaborar Plano de Gestão de Continuidade de Negócios ou de Serviços (2).	Atrasado.
Plano de segurança da informação e proteção de dados descrito no Plano de Trabalho enviado ao CNJ	Elaborar Plano de Gestão de Riscos de TIC alinhado ao plano institucional de gestão de riscos. (2).	Atrasado.
(1)	Elaborar práticas e processos de segurança da informação e proteção de dados conforme disposto na Lei no 13.709/2018 - LGPD.	Concluído em 2021.
Execução das ações priorizadas para 2021, constantes no PDTIC e no Plano de Trabalho previsto na Resolução nº 370/2021 (3)	Acompanhar o cronograma das ações realizadas em 2021 pelas áreas responsáveis da DIRFOR.	Concluído em 2021.

SITUAÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

(1) Plano de segurança da informação e proteção de dados (Resolução CNJ 370/2021 – Art. 45, inciso III)

 Práticas e Processos de Segurança da Informação e Proteção de Dados: está em andamento a campanha de segurança de informação, quinzenalmente, através do e-mail marketing, com mais de 20 temas trabalhados em 2021.



IE 24 Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação

SITUAÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

- Em relação à LGPD, o Programa de Proteção de Dados foi instituído no TJMG (maiores informações apresentadas na IE 27 Adequação do TJMG à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais). Além disso, houve a criação do Centro de Governança de Dados e Segurança da Informação (CEGINP) para lidar com as questões relativas à proteção de dados.
- (2) Plano de Gestão de Continuidade de Negócios ou de Serviços e o Plano de Gestão de Riscos de TIC: não foi possível concluí-los em 2021 devido à redefinição de prioridades institucionais.
- (3) Ações priorizadas para 2021 constantes no PDTIC e no Plano de Trabalho
- Governança e gestão de tecnologia da informação e comunicação (Resolução CNJ 370/2021 Art. 45, inciso II)
 - Mudança de conceito sobre como prover serviços de TI para o TJMG: terceirização; foco na satisfação do usuário.
 - Em andamento a definição de diretrizes para a revisão da Diretoria Executiva de Informática (DIRFOR).
- Serviços de infraestrutura e soluções corporativas (Resolução CNJ 370/2021 Art. 45, inciso V)
 - Em andamento a substituição do atual contrato de Fábrica de Software por um modelo de contratação de postos de trabalho híbrido(expectativa de implantação no 1° semestre de 2022)
 - Em implantação ferramenta de gestão para acompanhar os projetos de desenvolvimento de software pela DIRFOR (JIRA).
 - Em implantação a Consulta Processual Pública Unificada.

Em 2021, o TJMG atingiu o melhor índice entre os tribunais estaduais de grande porte no iGovTIC-JUD (0,8), sendo classificado no nível de Excelência em maturidade.

NACIONAIS	-	-	-
(<u>Clique aqui para acessar o relatório</u> <u>de Metas Nacionais - CNJ</u>)	-	-	-
INSTITUCIONAIS (Clique aqui para acessar o relatório	TJMG 54	-	-



IE 25 Projeto Virtualizar no âmbito da justiça de Primeira Instância do Estado de Minas Gerais



Objetivos: Virtualizar todo o acervo de processos físicos, cíveis e criminais, em tramitação no âmbito da Justiça de Primeira Instância do Estado de Minas Gerais. Programa instituído pela Portaria Conjunta nº 1.026/PR/2020.



Vinculação Estratégica: Macrodesafio 3 - Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional.





Custo previsto: Sem informação.

CRONOGRAMA DE ACOMPANHAMENTO

ESCOPO / ENTREGAS	ATIVIDADES	STATUS
	Implantar em BH birô de digitalização.	Concluído em 2021.
	Formatar minutas para acordos de cooperações.	Concluído em 2021.
	Firmar acordos de cooperação.	Concluído em 2021.
	Realizar estudos para implantação de birôs de digitalizações.	Concluído em 2021.
Processos físicos cíveis virtualizados	Implantar birôs de digitalizações.	Concluído em 2021.
VII tualizados	Formatar minutas de avisos e planos de trabalhos para as comarcas do interior.	Concluído em 2021.
	Digitalizar processos físicos cíveis.	Concluído em 2021.
	Desenvolver painéis de monitoramento das digitalizações.	Concluído em 2021.
	Acompanhar o desempenho da virtualização.	Concluído em 2021.

SITUAÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Do acervo original identificado em 2020, de 1.130.793 processos a serem virtualizados, no dia 18/03/2022, restavam apenas 100.392.

Publicada a Resolução 978/2021 que institui, em caráter temporário, o Núcleo de Virtualização no âmbito da Comarca Belo Horizonte para auxiliar nos trabalhos de digitalização de processos e padronizar os procedimentos de virtualização em toda a justiça de primeira instância.

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2021



IE 25 Projeto Virtualizar no âmbito da justiça de Primeira Instância do Estado de Minas Gerais

NACIONAIS	CNJ 1	-	-
(<u>Clique aqui para acessar o relatório</u> <u>de Metas Nacionais - CNJ</u>)	CNJ 2	-	-
INSTITUCIONAIS	TJMG 15	-	-
(<u>Clique aqui para acessar o relatório</u> <u>de Metas Institucionais</u>)	-	-	-



Plano de reestruturação dos setores administrativos da Secretaria do Tribunal de Justiça



Objetivos: Garantir a eficiência operacional interna dos setores administrativos da Secretaria do Tribunal de Justiça, otimizando os processos de trabalho, em coerência com a gestão por competências.



Vinculação Estratégica: Macrodesafio 9 - Aprimoramento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.





Custo previsto: Sem informação.

ESCOPO / ENTREGA / ATIVIDADES	STATUS
Aprovação e publicação de Resolução de Resolução sobre os Comitês de Assessoramento à Presidência, estrutura e o funcionamento de unidades da Secretaria do Tribunal diretamente vinculadas à Presidência (1).	Concluído em 2021.
Revisão da estrutura organizacional da Assessoria de Precatórios – ASPREC.	Em andamento, replanejado para 2022.
Revisão da estrutura organizacional da Memória do Judiciário – MEJUD.	Em andamento, replanejado para 2022
Editar Resolução que institui a Política de Gestão da Memória do Poder Judiciário Mineiro.	Em andamento, replanejado para 2022
Edição de resolução que dispõe sobre os níveis hierárquicos das unidades que integram a Secretaria do Tribunal de Justiça e define suas atribuições gerais.	Em andamento, replanejado para 2022
Elaboração, aprovação e publicação da minuta de Resolução sobre a estrutura da Superintendência Administrativa (DENGEP/DIRFOR/ DIRFIN/ DIRSEP/DEARHU).	Em andamento, replanejado para 2022
Elaboração, aprovação e publicação da minuta de Resolução que altera a estrutura da Primeira Vice-Presidência.	Em andamento, replanejado para 2022
Elaboração, aprovação e publicação da minuta de Resolução com nova estrutura da Segunda Vice-Presidência (2).	Concluído em 2021.
Elaboração da minuta de Resolução que Institui o Programa de Justiça Restaurativa e dispõe sobre a estrutura e funcionamento do Comitê de Justiça Restaurativa - COMJUR e da Central de Apoio à Justiça Restaurativa - CEAJUR no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais., estrutura vinculada à Terceira Vice-Presidência (3).	Concluído em 2021.
Elaboração, aprovação e publicação da minuta de Resolução com nova estrutura da Terceira Vice-Presidência.	Não iniciado, replanejado para 2022.



IE 26 Plano de reestruturação dos setores administrativos da Secretaria do Tribunal de Justiça

SITUAÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

- **(1)** Elaborada, aprovada e publicada a **Resolução 969**, de 2021, que dispõe sobre os Comitês de Assessoramento à Presidência, estabelece a estrutura e o funcionamento das unidades organizacionais da Secretaria do Tribunal de Justiça diretamente vinculadas ou subordinadas à Presidência;
- (2) Elaborada, aprovada e publicada a **Resolução 979, de 2021,** que dispõe sobre a estrutura organizacional e o regulamento da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes EJEF.
- **(3)** Elaborada, aprovada e publicada a **Resolução nº 971, de 2021**, que institui o Programa de Justiça Restaurativa e dispõe sobre a estrutura e funcionamento do Comitê de Justiça Restaurativa COMJUR e da Central de Apoio à Justiça Restaurativa CEAJUR no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais.

NACIONAIS	-	-	-
(<u>Clique aqui para acessar o relatório</u> <u>de Metas Nacionais - CNJ</u>)	-	-	-
INSTITUCIONAIS	TJMG 45	-	-
(<u>Clique aqui para acessar o relatório</u> <u>de Metas Institucionais</u>)	-	-	-



IE 30 Aperfeiçoamento da Justiça no Sistema Socioeducativo



Objetivos: Promover melhorias no atendimento socioeducativo por meio da definição de normativos e aprimoramento de ações relacionadas à responsabilização dos adolescentes que respondem pela prática infracional e à qualificação das medidas socioeducativas.



Vinculação Estratégica: Macrodesafio 8 - Aperfeiçoamento da Administração do Sistema de Justiça.





Custo previsto: Sem custo.

CRONOGRAMA DE ACOMPANHAMENTO

ESCOPO / ENTREGAS	ATIVIDADES	STATUS
Criação de Ato normativo instituindo a Central de Vagas do Sistema Socioeducativo em MG (1)	Assinatura da Resolução Conjunta que instituirá a Central de Vagas.	Concluído em 2021.
	Discussões iniciais para implementação das audiências concentradas nas unidades socioeducativas de Minas Gerais.	Concluído em 2021.
Implantação de audiências	Acompanhar o resultado das reuniões institucionais para discussão sobre a implementação das audiências concentradas no Socioeducativo.	Concluído em 2021.
concentradas no sistema socioeducativo (2)	Participar de reunião institucional para discussão e acompanhamento da implementação das audiências concentradas nas unidades socioeducativas piloto de Belo Horizonte.	Concluído em 2021.
	Acompanhar os resultados obtidos com as audiências concentradas.	Concluído em 2021.

SITUAÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

(1) Criação de Ato normativo instituindo a Central de Vagas do Sistema Socioeducativo Resolução Conjunta SEJUSP/TJMG/MPMG/DPMG/PCMG nº 18 assinada em 17/12/2021.

(2) Implantação de Audiências Concentradas no Sistema Socioeducativo

Foram realizadas 8 audiências na Unidade São Jerônimo, em colaboração técnica com o Programa Fazendo Justiça do CNJ, no dia 17/09. Em dezembro, duas audiências foram realizadas: uma na unidade Planalto no dia 9/12 e outra na unidade Lindéia (Centro de Atendimento ao Adolescente) no dia 14/12.



IE 30 Aperfeiçoamento da Justiça no Sistema Socioeducativo

NACIONAIS	-	-	-
(<u>Clique aqui para acessar o relatório</u> <u>de Metas Nacionais - CNJ</u>)	-	-	-
INSTITUCIONAIS	TJMG 36	-	-
(<u>Clique aqui para acessar o relatório</u> <u>de Metas Institucionais</u>)	TJMG 37	-	-



IE 31 Modernização dos Sistemas Administrativos de Recursos Humanos



Objetivos: Promover a melhoria e modernização dos Sistemas Administrativos de Recursos Humanos no âmbito da DEARHU.



Vinculação Estratégica: Macrodesafio 12 - Fortalecimento da Estratégia de Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC e de Proteção de Dados.



\$ \$!!

Custo previsto: Sem informação.

ESCOPO / ENTREGAS	ATIVIDADES	STATUS
	Alteração legislativa (Portaria 5111/PR/2021) - Atuação de juiz com acúmulo de jurisdição: alteração das regras de Juiz de Direito Auxiliar (JDA) e Juiz de Direito Auxiliar Especial (JDAE).	Concluído em 2021.
	Criação de fluxo de solicitação: gozo da totalidade de banco de horas/dias no Portal RH.	Concluído em 2021.
	Criação de fluxo de solicitação e processamento automatizado: créditos de bancos de horas: Atuação com acúmulo de acervo processual; e totalidade do saldo de dias/horas a compensar para servidores.	Concluído em 2021.
Banco de horas de magistrados e servidores - Disponibilização dos créditos de banco de horas -	Processamento automatizado (Sistema RH): Cooperação específica e exclusiva na presidência de sessões do Tribunal do Júri (integração com o SIJUD) e na prolação de sentenças (integração com o SIJUD).	Concluído em 2021.
Resolução 945/2020 e Portaria 5111/PR/2020 (1)	Processamento automatizado para cálculo e para geração dos créditos de banco de horas: Presidentes da Turma Recursal do Juizado Especial; Diretores de Foro e Substitutos, e Atuação de juízes substitutos.	Concluído em 2021.
	Processamentos automatizados para cálculo e para geração dos créditos de banco de horas/ dias dos magistrados.	Em andamento, replanejado para 2022.
	Lançamento e Processamento: Varas consideradas de difícil provimento - Sistema RH.	Não iniciado, replanejado para 2022.
	Processamentos automatizados: indenizações (débitos) de banco de horas/ dias dos magistrados (RH) e pagamento das indenizações (Folha).	Concluído em 2020.



IE 31 Modernização dos Sistemas Administrativos de Recursos Humanos

CRONOGRAMA DE ACOMPANHAMENTO

ESCOPO / ENTREGAS	ATIVIDADES	STATUS
Estruturação para implantação do Prontuário Eletrônico de	Revisar a estratégia e os requisitos funcionais necessários numa solução de Prontuário Eletrônico de Saúde com apoio DIRFOR.	Concluído em 2021.
Saúde (2)	Contratar produto "Prontuário Eletrônico de Saúde".	Não iniciado, previsto para 2023.
	Identificar quais Sistemas Administrativos de Recursos Humanos e do Sistema de Folha de Pagamento demandam automatização e/ou melhoria de sistemas.	Concluído em 2021.
Estruturação do escopo de	Priorizar Sistemas Administrativos de Recursos Humanos demandam automatização e/ou melhoria de sistemas.	Concluído em 2021.
Modernização dos Sistemas Administrativos de Recursos Humanos 2021/2022	Folha de Pagamento/ Demanda 1: Realizar "Ajustes no programa de processamento dos recolhimentos previdenciários do regime geral, por competência, com as devidas compensações financeiras".	Concluído em 2021.
	Folha de Pagamento/ Demanda 2: Unificação da Base Previdenciária no cálculo da ficha financeira.	Em andamento, previsto para 2022.

SITUAÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

(1) Banco de horas de magistrados:

O escopo do projeto foi alterado para incluir o atendimento aos servidores, motivo pelo qual a entrega final foi replanejada para fev./2022. Foram incluídos, no escopo do projeto, novos benefícios, reconhecidos pela Resolução 945/2020 e Portaria 5111/2021, para serem viabilizados pela melhoria de sistemas. Ainda assim, destaca-se que o processamento dos créditos já está sendo feito de forma automatizada para magistrados, em atuação com acúmulo de acervo processual, em cooperação específica e exclusiva na presidência de sessões do Tribunal do Júri e na prolação de sentenças.

Está em andamento, o levantamento de critérios para definição/identificação de varas de difícil provimento, para, então, viabilizar o processamento automatizado dos créditos.

(2) Prontuário eletrônico de saúde

Concluída a revisão da estratégia e dos requisitos funcionais do Prontuário Eletrônico de Saúde, com apoio da DIRFOR.

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2021



IE 31 Modernização dos Sistemas Administrativos de Recursos Humanos

NACIONAIS	-	-	-
(<u>Clique aqui para acessar o relatório</u> <u>de Metas Nacionais - CNJ</u>)	-	-	-
INSTITUCIONAIS	TJMG 55	-	-
(<u>Clique aqui para acessar o relatório</u> <u>de Metas Institucionais</u>)	-	-	-



IE 32 Programa de Ampliação da Justiça Restaurativa no Estado de Minas Gerais



Objetivos: Promover ações e projetos que visam fomentar e ampliar a utilização de técnicas restaurativas no tratamento de conflitos.



Vinculação Estratégica: Macrodesafio 05 — Prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais de conflitos.



Custo previsto: Sem informação.



CRONOGRAMA DE ACOMPANHAMENTO

ESCOPO / ENTREGA / ATIVIDADES	STATUS
Estudos para promover a criação do Núcleo de Justiça Restaurativa e do centro de Justiça Restaurativa.	Concluído em 2021.
Publicação da resolução que disporá sobre a estrutura do Núcleo de Justiça Restaurativa e do Centro de Justiça Restaurativa. (1)	Concluído em 2021.
Relatório de acompanhamento da ações de Justiça Restaurativa.	Concluído em 2021.
Realização de capacitação em conjunto com a EJEF na temática de Justiça Restaurativa.	Concluído em 2021.

SITUAÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

(1) Foi publicada em setembro de 2021 a **Resolução n°971**, que institui o Programa de Justiça Restaurativa e dispõe sobre a estrutura e funcionamento do Comitê de Justiça Restaurativa – CEAJUR.

NACIONAIS	-	-	-
(<u>Clique aqui para acessar o relatório</u> <u>de Metas Nacionais - CNJ</u>)	-	-	-
INSTITUCIONAIS (Clique aqui para acessar o relatório	TJMG 28	-	-



IE 33

Projeto Paternidade para todos – Expansão do Serviço de Reconhecimento de Paternidade



Objetivos: O projeto tem por atividade precípua garantir a todos o nome do pai nos registros de nascimento, desde que a questão possa ser resolvida voluntariamente. Os exames de DNA são custeados pelo TJMG. Trata-se de procedimentos pré-processuais.



Vinculação Estratégica: Macrodesafio 05 — Prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais de conflitos.



Custo previsto: Sem informação.

16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUÇÕES EFICAZES

CRONOGRAMA DE ACOMPANHAMENTO

ESCOPO / ENTREGA / ATIVIDADES	STATUS
Estudos da ampliação do modelo de Serviço de Reconhecimento de Paternidade – SRP oferecido pelo CEJUSC de Santa Luzia para as comarcas do Estado.	Concluído em 2021.
Plano de expansão do serviço de reconhecimento de paternidade – SRP.	Concluído em 2021.
Execução do plano de expansão (1).	Paralisado.
Aumentar o número de procedimentos pré-processuais de reconhecimento de paternidade.	Concluído em 2021.
Relatório de acompanhamento do número de procedimentos pré-processuais de reconhecimento de paternidade.	Concluído em 2021.

SITUAÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

(1) Execução do Plano de Expansão

Aguardando apreciação da minuta de ato normativo para posterior articulação com os setores e comarcas envolvidas.

	NACIONAIS	CNJ 3	-	-
	(<u>Clique aqui para acessar o relatório</u> <u>de Metas Nacionais - CNJ</u>)	-	-	-
г				
	INSTITUCIONAIS (Clique aqui para acessar o relatório	TJMG 24	-	-



IE 34 Inauguração de Novos Centros de Reintegração Social (CRS) das APACs



Objetivos: A inauguração de novos Centros de Reintegração Social (CRS) tem por objetivo ampliar o número de vagas oferecidas no âmbito das APACs, possibilitando, assim, a promoção da humanização dos recuperandos, sem que se perca a finalidade punitiva da pena.



Vinculação Estratégica: Macrodesafio 08 — Aperfeiçoamento da Administração do Sistema de Justiça.



\$ \$!!!

Custo previsto: Sem informação.

ESCOPO / ENTREGA / ATIVIDADES	STATUS
Inauguração do Centro de Reintegração Social de Conceição das Alagoas .	Concluído em 2021.
Inauguração do Centro de Reintegração Social de Betim .	Em andamento, replanejado para 2022.
Inauguração do Centro de Reintegração Social de Divinópolis.	Em andamento, replanejado para 2022.
Inauguração do Centro de Reintegração Social de Salinas .	Em andamento, replanejado para 2022.
Inauguração do Centro de Reintegração Social de Montes Claros .	Em andamento, replanejado para 2022.
Inauguração do Centro de Reintegração Social de Almenara .	Em andamento, replanejado para 2022.
Inauguração do Centro de Reintegração Social de Guanhães .	Em andamento, replanejado para 2022.
Inauguração do Centro de Reintegração Social de Nepomuceno .	Concluído em 2021.
Inauguração do Centro de Reintegração Social de Ibiá .	Em andamento, replanejado para 2022.
Inauguração do Centro de Reintegração Social de Teófilo Otoni .	Em andamento, replanejado para 2022.
Inauguração do Centro de Reintegração Social de Janaúba .	Em andamento, replanejado para 2022.



IE 34 Inauguração de Novos Centros de Reintegração Social (CRS) das APACs

SITUAÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

A natureza da iniciativa, a dependência de outros órgãos e instituições para sua execução e a existência de fatores como as restrições impostas pela pandemia resultaram na necessidade de replanejamento das atividades para 2022.

NACIONAIS	-	-	-
(<u>Clique aqui para acessar o relatório</u> <u>de Metas Nacionais - CNJ</u>)	-	-	-
INSTITUCIONAIS	TJMG 39	-	-
(<u>Clique aqui para acessar o relatório</u> <u>de Metas Institucionais</u>)	-	-	-



IE 35 Ação Arbitragem Acadêmica



Objetivos: O projeto tem como algumas de suas principais finalidades auxiliar a Academia na didática de ensino quanto à pratica da arbitragem e, com isso, contribuir para a ampliação do Sistema Multiportas no TJMG.



Vinculação Estratégica: Macrodesafio 02 – Ampliação da elação institucional do Judiciário com a Sociedade.



Custo previsto: Sem custo.



CRONOGRAMA DE ACOMPANHAMENTO

ESCOPO / ENTREGA / ATIVIDADES	STATUS
Publicar Termo de Parceria com instituição de ensino que conduzirá o procedimento arbitral.	Concluído em 2021.
Selecionar processos para aplicação da arbitragem acadêmica.	Concluído em 2021.
Encaminhar processos para aplicação da arbitragem acadêmica.	Concluído em 2021.
Elaborar relatório de acompanhamento do número de processos com a efetiva aplicação da arbitragem acadêmica.	Concluído em 2021.

SITUAÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

O projeto, fruto de uma parceria inovadora entre o TJMG e o Centro Universitário UNA, está funcionando como um piloto, inicialmente em duas unidades judiciarias da capital: a 33ª Vara Cível e a 5ª Unidade Jurisdicional do Juizado Especial Cível.

NACIONAIS	-	-	-
(<u>Clique aqui para acessar o relatório</u> <u>de Metas Nacionais - CNJ</u>)	-	-	-
INSTITUCIONAIS	TJMG 4	-	-
(<u>Clique aqui para acessar o relatório</u> <u>de Metas Institucionais</u>)	-	-	-



IE 36 Monitoramento do Programa Integridade



Objetivos: Desenvolver ações destinadas à atualização dos mecanismos do Programa de Integridade.



Vinculação Estratégica: Macrodesafio 4 - Enfrentamento à Corrupção e à Improbidade Administrativa.





Custo previsto: Sem informação.

ESCOPO / ENTREGAS	ATIVIDADES	STATUS
Revisão e adequação da Política de Integridade das Contratações à nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021) (1)	Revisar o texto pela equipe da DIRSEP e AUDIT, atualizar a Portaria e incluir o documento atualizado na página do Programa de Integridade.	Paralisado.
Revisão e adequação da Cartilha de Integridade para Licitantes e Contratados às novas disposições da Lei nº 14.133/2021 (1)	Revisar o texto pela equipe da DIRSEP e AUDIT, diagramar a versão final pela ASCOM e incluir o documento atualizado na página do Programa de Integridade.	Paralisado.
Elaboração da Cartilha de Integridade para Licitantes e Contratados do TJMG	Elaborar a Cartilha e publicar portaria que a institui.	Concluído em 2021.
Revisão da Resolução TJMG nº 880/2018 e adequação do fluxo do Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) (2)	Entregar a minuta com a proposta de revisão para SESPRE.	Concluído em 2021.
	Analisar e aprovar os novos itens pela Alta Direção.	Concluído em 2021.
Revisão do Código de Conduta	Publicar a Portaria contendo a atualização do Código de Conduta.	Concluído em 2021.
Implementação de piloto da	Tratar com a área escolhida para o piloto.	Concluído em 2021.
Gestão de Riscos em uma das áreas administrativas do TJMG	Preencher a Planilha de Gerenciamento de Riscos e avaliar os apontamentos feitos pela área administrativa (3).	Concluído em 2021.



IE 36 Monitoramento do Programa Integridade

CRONOGRAMA DE ACOMPANHAMENTO

ESCOPO / ENTREGAS	ATIVIDADES	STATUS
Ações de capacitação e disseminação do Programa de Integridade	Planejar e realizar a I Semana da Integridade juntamente com ASCOM e EJEF (4).	Concluído em 2021.
Ferramenta para Análise de Perfil dos Fornecedores do TJMG	Desenvolver o formulário para coleta de dados necessários à análise de perfil. Analisar e validar junto à Dirsep Apresentar a ferramenta para a Alta Direção.	Concluído em 2021.

SITUAÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

- (1) A revisão e adequação da Política de Integridade das Contratações à nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021) bem como a revisão da Cartilha de Integridade para Licitantes e Contratados foram paralisadas em razão de alterações normativas que demandam revisão de outros normativos internos.
- (2) Adequado o fluxo do Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) e revisada a Resolução TJMG nº 880/2018;
- (3) O Projeto Piloto da Gestão de Riscos realizado na DIRFIN foi finalizado em 19/08/2021 e em 14/10/2021 foi iniciado o piloto com a DIRSEP;
- **(4)** Com o apoio da EJEF, foi realizada, de 3 a 6 de maio de 2021, a I Semana da Integridade, com programações sobre a temática do Compliance Institucional para gestores, colaboradores e fornecedores da instituição.

NACIONAIS	-	-	-
(<u>Clique aqui para acessar o relatório</u> <u>de Metas Nacionais - CNJ</u>)	-	-	-
INSTITUCIONAIS (Clique aqui para acessar o relatório	TJMG23	-	-



IE 37 Projeto Sapiens



Objetivos: Padronização das informações estratégicas das áreas administrativa e judiciária, permitindo a consulta unificada, além de viabilizar a alimentação do DATAJUD. Corrigir dados estruturais dos processos judiciais eletrônicos, viabilizando o desenvolvimento de futuros projetos que envolvam a automação e o uso de inteligência artificial.



Vinculação Estratégica: Macrodesafio 09 – Aprimoramento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.





Custo previsto: Sem informação.

CRONOGRAMA DE ACOMPANHAMENTO

ESCOPO / ENTREGA / ATIVIDADES	STATUS
Parametrização de dados pelas áreas da Secretaria do Tribunal de Justiça (CGJ, 1ªVP, 2ª VP, 3ªVP, Presidência e Sup. Administrativa).	Concluído em 2021.
Desenvolvimento de ferramenta para registro e consulta (Glossário) de métricas estatísticas.	Concluído em 2021.
Desenvolvimento de ferramenta de higienização de dados (Inteligência Artificial – IA) (1).	Em andamento, replanejado para 2022.

SITUAÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

(1) Já foi desenvolvida a ferramenta de sugestão/correção de assuntos e classes processuais, que, a partir da leitura dos textos das peças processuais, está apta a indicar o percentual de similaridade e realizar a correção dos assuntos e classes dos processos eletrônicos.

A fim de que a ferramenta entre efetivamente em funcionamento e passe a contribuir com a higienização da base de dados do TJMG, será necessário fazer a integração com o JPe, sistema de processo eletrônico de segunda instância.

NACIONAIS (<u>Clique aqui para acessar o relatório</u> <u>de Metas Nacionais - CNJ</u>)	-	1	1
	-	-	-
INSTITUCIONAIS (Clique aqui para acessar o relatório	TJMG 47	-	-